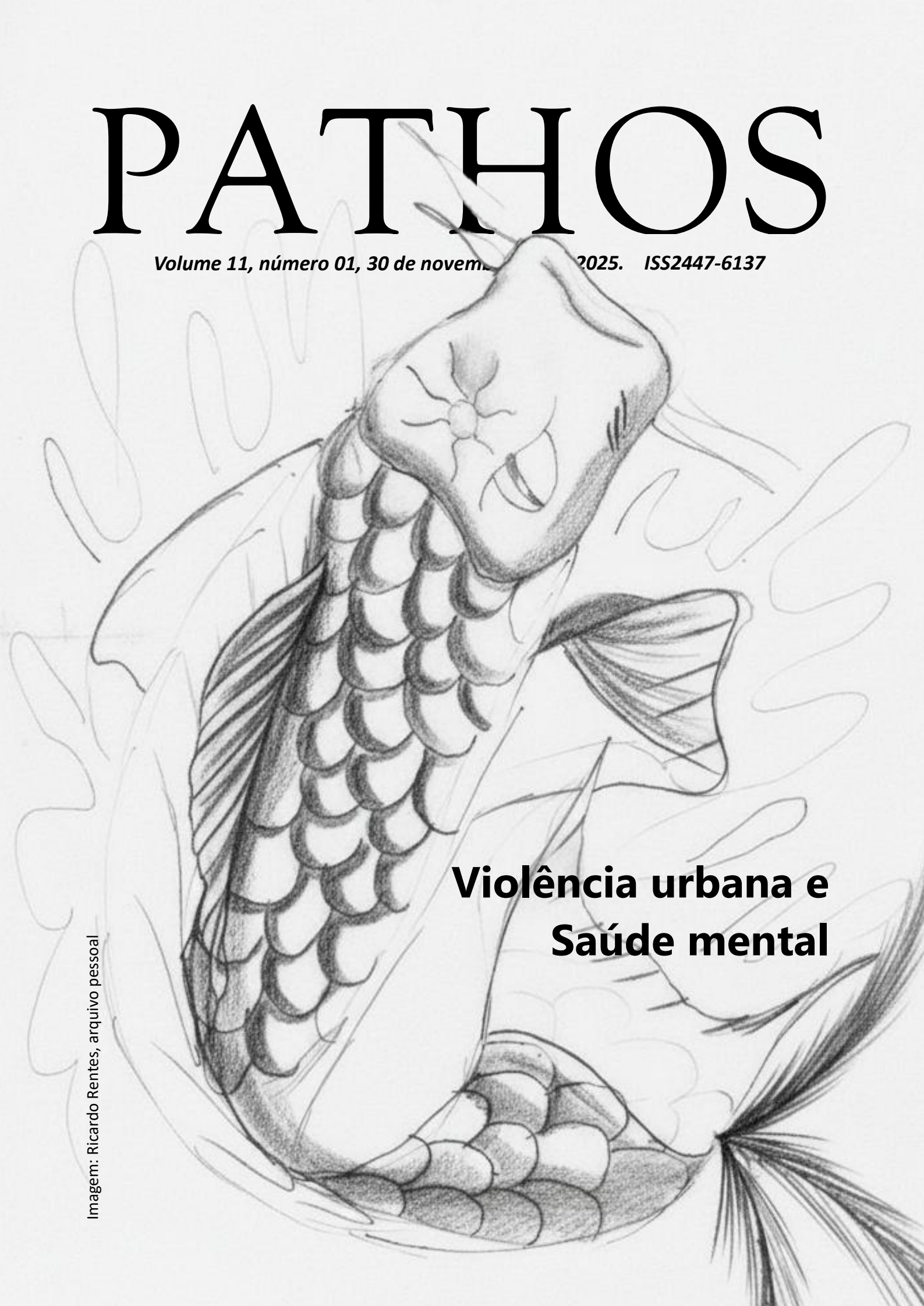


PATHOS

Volume 11, número 01, 30 de novembro de 2025. ISS2447-6137

**Violência urbana e
Saúde mental**

Imagem: Ricardo Rentes, arquivo pessoal



PATHOS

Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia

ISSN 2447-6137

DOI 10.59068/24476137

**Violência urbana e
Saúde mental**

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Andréia Alves Teixeira
Editora Chefe

Psicóloga Clínica e Escolar. Pedagoga. Psicanalista. Mestranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo IPUSP. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela FSP/USP. Aperfeiçoamento em Queixa Escolar pelo IP/USP. Na educação pública por 32 anos, onde atuou com queixa escolar, educação antirracista, prevenção e promoção de saúde mental nas escolas e na docência. E-mail: andreaalves@usp.br /  @psicologa.andreaalves



Cristiano Rodineli
Editor de Seção

Psicólogo. Mestre e doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisador das áreas da socioeducação, adolescência e violências. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), e em Políticas Públicas e Socioeducação (UnB). Professor universitário. Contatos: cristiano.rodineli@unifesp.br /  @cristianorodineli

Ricardo Rentes
Editor de Seção

Psicólogo, Psicanalista, Mestre em Ciências Humanas, Sociais e Criminologia pela UFP do Porto - Portugal. Pós-graduado em Saúde Mental e Justiça pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Prof. André Teixeira Lima (FUNDAP). Pós-graduado em Psicopatologia e Saúde Pública pela USP. Professor dos Cursos de Especialização em Psicanálise Winnicottiana e em Saúde Mental e Saúde Coletiva, ambos pela Universidade Cruzeiro do Sul. Professor do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade São Camilo. Supervisor nas áreas de Saúde Mental e Assistência Social. Autor do livro: "Os Meninos de Heliópolis - O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal". Ed. Appris, (2022). Contatos: rickrentes@gmail.com /  @rickerentes



CONSELHO CIENTÍFICO

*Dra. Renata Udler Cromberg (Sedes Sapientiae)
madrinha da revista*

*Dra. Ana Carolina Perrella (PUC-SP)
Dra. Ana Isabel Martins Sani (UFP-Portugal)
Me. Augusto Ribeiro Coaracy Neto (PUC-SP)
Me Cibele Lopes Barbará (PUC-SP)
Dra. Glória Svetlana Jólluskin (UFP-Portugal)
Me. Karen Cristina Martins Alves (FPM-MG)
Dra. Leila Salomão de La Plata (USP)
Dra. Margarida Calligaris Mamede (UCS-SP)
Dra. Marineide de Oliveira Gomes (UNIFESP)
Dra. Sônia Maria Martins Caridade (UFP-Portugal)*

SITE

www.revistapathos.com.br

REDES SOCIAIS

Instagram



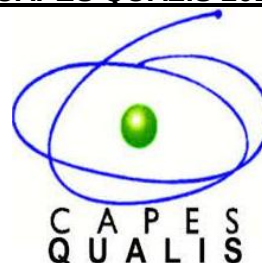
INDEXADORES



REVISTA ASSOCIADA A



AValiação CAPES QUALIS 2017-2020: B4



SUMÁRIO

Expediente.....	02
Sumário.....	04
Editorial.....	05

TEXTOS

Urbanidade Adoecida e Crime - A Realidade de Adolescentes em Conflito Com a Lei na Cidade de São Paulo.....	08
<i>Ricardo Rentes</i>	

Juvenicidio no Estado de São Paulo,.....	30
<i>Reginaide Aparecida da Silva</i>	

Segregação e os Efeitos no Laço Social com a Pessoa em Situação de Rua.....	45
<i>Thiago Sales Lima</i>	

Diálogo Entre Perdas e Encontros: A Clínica Winnicottiana e o Atravessamento de Raça, Classe e Gênero no Caso de Yara.....	59
<i>Rita Isabel Pereira Alves</i>	

Suicídio e a Humanização na Odontologia.....	65
<i>Camila Melo Sousa de Almeida</i>	

Sobre Nós.....	71
-----------------------	-----------

VIOLÊNCIA URBANA E SAÚDE MENTAL

O termo violência urbana refere-se ao conjunto de práticas e situações de agressão física, psicológica, simbólica ou estrutural que ocorrem nas cidades. Constitui um fenômeno social complexo e multifacetado, que ultrapassa a dimensão da criminalidade e revela as contradições estruturais das sociedades contemporâneas. Emerge como expressão das desigualdades sociais, da exclusão econômica e da fragilidade das políticas públicas voltadas à garantia de direitos. Trata-se de uma forma de violência que se inscreve tanto nos corpos quanto nos territórios, afetando, sobretudo, grupos minorizados, como negros, indígenas, lgbt's, mulheres e população periférica marginalizada.

Atualmente, no final do mês de Outubro de 2025, infelizmente presenciamos na cidade do Rio de Janeiro, nas comunidade do Complexo do Alemão e Penha, um verdadeiro desastre enquanto segurança pública. Mais de 130 pessoas foram assassinadas durante uma intervenção policial, contendo evidências de violência extrema e tortura. Tal ação, denominada aqui como genocídio, foi orquestrada pelo governador atual do RJ, o Sr. Cláudio Castro, com extraordinário e absurdo apoio por uma parte de nossa sociedade.

A desigualdade cotidianamente ratificada tem como consequência imediata a construção de uma malha que articula e desdobra novas formas de violência que, por sua vez, se colocam à serviço da manutenção das desigualdades e cuja lógica repousa em contradições e paradoxos que inibem a criação de formas para enfrentá-las. É quando a violência encontra apoio e suporte em todos os setores da sociedade, que a alimentam e a mantêm como dispositivo aceitável e mesmo desejável. (Endo, 2005, p.26 e 27).

Mais do que um problema de segurança, a violência urbana reflete processos históricos de segregação espacial, racismo estrutural e precarização das condições de vida. Para Zygmund Bauman (2008), a violência urbana é sintoma de uma crise ética e social. O medo, a precarização e a desigualdade são os pilares de uma cidade que expulsa, segrega e vigia, onde o outro é tido como perigo e não como sujeito de direitos. Combater a violência urbana nessa perspectiva, requer construir laços de solidariedade, pertencimento e responsabilidade coletiva.

Em busca de contribuir para processos de reflexão e transformação na construção de uma cidade mais justa e menos desigual, a Revista Pathos, no presente número, apresenta artigos que articulam e aprofundam tais perspectivas, a saber:

Em *Urbanidade Adoecida e Crime - A Realidade de Adolescentes em Conflito Com a Lei na Cidade de São Paulo*, o autor Ricardo Rentes explicita, a partir de pesquisa com 70 adolescentes do município de São Paulo, que o viver na cidade estimula, convoca e autoriza a prática infracional como tentativa de quebra das fronteiras que separam a favela e o restante da cidade.

Em *Juvenicídio no Estado de São Paulo*, a autora Reginaide Aparecida da Silva busca analisar o contexto territorial de adolescentes entre 12 e 17 anos, que sofreram violência letal entre os anos de 2017 a 2023 na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no estado de São Paulo.

Em *Segregação e Os Efeitos no Laço Social com a pessoa em situação de rua*, o autor Thiago Sales Lima busca discutir os efeitos subjetivos e psíquicos produzidos pela segregação na população em situação de rua, articulando análise psicanalítica à crítica social.

Tais artigos são seguidos pelos relatos da prática:

Diálogo Entre Perdas e Encontros: A Clínica Winnicottiana e o Atravessamento de Raça, Classe e Gênero no Caso de Yara. Relato da autora Rita Isabel Pereira Alves, sobre o processo psicoterapêutico de Yara. Mulher negra, de 28 anos, trajetória marcada pela perda precoce da mãe e necessidade de assumir responsabilidades familiares em sua adolescência.

Suicídio e a Humanização na Odontologia. Relato da autora Camila Melo Sousa de Almeida, que analisa a anamnese padrão, usada na consulta odontológica inicial, e compreende a importância de mudanças que possibilitem anamnese mais humanizada, articulada com a saúde mental.

Neste número, algumas das ilustrações utilizadas foram retiradas do livro: “Os Meninos de Heliópolis – O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal”, produzidas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de São Paulo. A imagem da capa, com uma carpa direcionada para cima, sugere ascensão, crescimento, identificação e esperança com o ilícito, mas também, enseja processos de aliciamento, exclusão e morte. Escolhemos ela por ser um dos símbolos que marcam corpos e olhares de pessoas e confrontos que habitam a violência urbana no Brasil.

Desejamos a todas, todos e *todes* uma boa leitura!

Os Editores

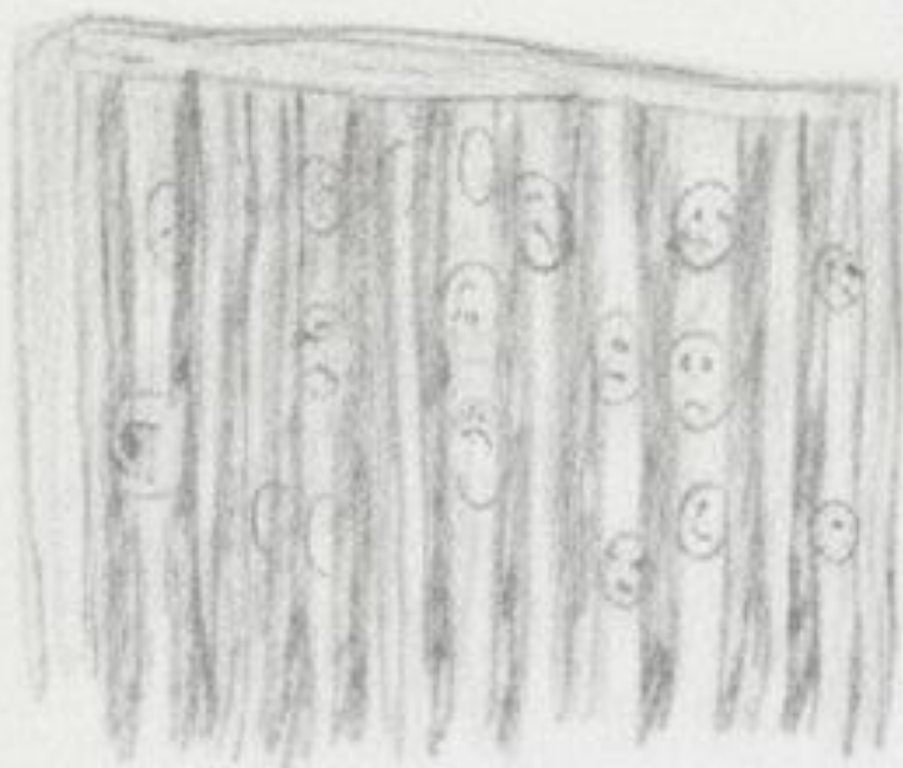
Referências

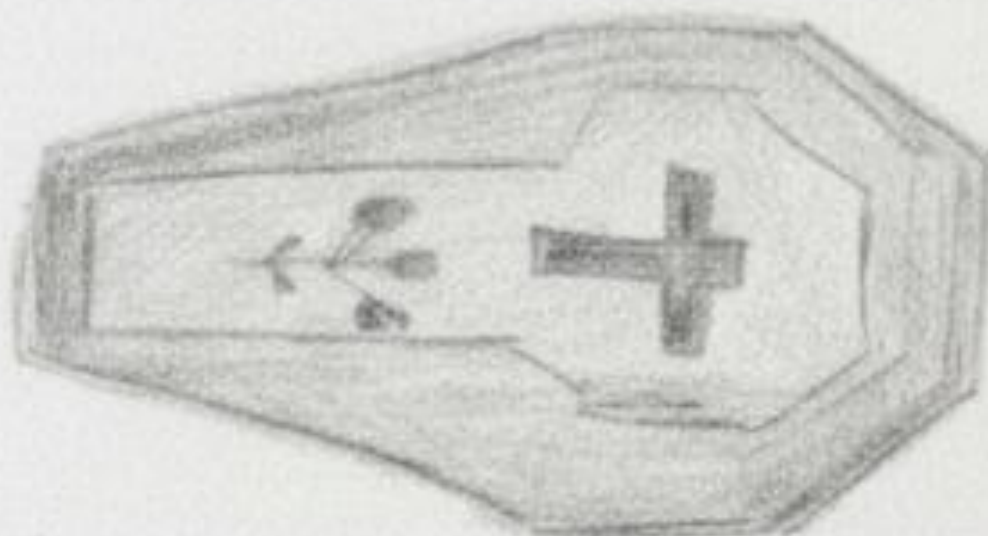
- Bauman, Z. (2008). *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Endo, P. C. A. (2005) *Violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Editora Escuta.
- Rentes, R. (2022). *Os meninos de Heliópolis: O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal*. Appris.

URBANIDADE ADOECIDA E CRIME –

A realidade de adolescentes em conflito com a lei na cidade de São Paulo

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137urbanidade>





Ricardo Rentes
rickrentes@gmail.com

Mestre em Criminologia, Ciências Humanas e Sociais pela UFP do Porto - Portugal, Pós-graduado em psicopatologia e saúde pública pela USP, Pós-graduado em Saúde Mental e Justiça pela Fundap e Hospital de Custódia Prof.º André Teixeira Lima, Psicólogo, Psicanalista, Docente Universitário e Supervisor na área da assistência social e saúde mental na cidade de São Paulo. Autor do Livro: "Os Meninos de Heliópolis – O Ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal"

**URBANIDADE ADOECIDA E CRIME –
A realidade de adolescentes em conflito com a lei na cidade de São Paulo**

**DISEASED URBANITY AND CRIME –
The reality of adolescents in conflict with the law in the city of São Paulo**

**URBANIDAD ENFERMA Y DELITO –
La realidad de los adolescentes en conflicto con la ley en la ciudad de São Paulo**

Resumo

O presente artigo é um recorte do livro: *“Os Meninos de Heliópolis - O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal”* (Rentes, 2022). O objetivo foi compreender a visão dos adolescentes em conflito com a lei acerca dos por quês de ingresso na vida do crime e suas perspectivas de futuro. O público-alvo da pesquisa foi composto por 70 adolescentes da cidade de São Paulo, de 12 e 19 anos, do sexo masculino e em medida socioeducativa. Um dos métodos utilizados na coleta de dados foi o Desenho Estória (Trinca, 2013). O presente artigo apontou como um de seus resultados que o viver na cidade ofertaria, estimularia, autorizaria e convocaria a prática infracional, como tentativa de quebra das fronteiras que separam a favela e o restante da cidade. A diferença de realidades marcada pela desigualdade social, culminou na vivência de exclusão e cisão social, representada por um verdadeiro *Apartaid* urbano. O crime ficou evidenciado como a principal forma de quebrar tal vivência separatista, promovendo um encontro forçado entre as duas realidades, favela e restante da cidade. O crime foi entendido aqui como uma estratégia de comunicação e via de acesso entre os dois mundos, uma espécie de pseudopassaporte provedor de uma ilusória quebra de fronteiras. O futuro foi visto, pela maioria dos meninos, como representante de uma vida curta, dura, incerta e perigosa, ao mesmo tempo que empolgante, viva e real. Tais adolescentes denotaram que estariam dispostos a viverem os riscos da criminalidade, se estes fossem necessários como condição para se sentirem vivos, reais e incluídos socialmente, mesmo que por pouco tempo, mesmo que mediante a possibilidade de sofrerem, de serem presos ou até mesmo, de morrerem.

Palavras-chaves: Adolescente. Urbanidade. Ato infracional. Vulnerabilidade.

Abstract

This article is an excerpt from the book *“The Boys from Heliópolis – The being and doing of adolescents in conflict with the law and the symptomatic criminality”* (Rentes, 2022). The objective was to understand the adolescents' perspective on the reasons behind their involvement in crime and their outlook on the future. The research's target audience consisted of 70 male adolescents from the city of São Paulo, aged between 12 and 19, who were under socio-educational measures. One of the methods used for data collection was the Story-Drawing Test (Trinca, 2013). The study indicated, among its findings, that living in the city could offer, stimulate, authorize, and summon the practice of infractions as an attempt to break the boundaries separating the favela and the rest of the city. The contrast between realities, shaped by social inequality, resulted in experiences of exclusion and social division, represented by a true urban apartheid. Crime emerged as the main means of breaking this separatist experience, promoting a forced encounter between the two realities—the favela and the rest of the city. Crime was understood here as a communication strategy and a means of access between these two worlds, a sort of pseudo-passport that provides an illusory breaking of boundaries. The future was viewed by most of the boys as representing a short, harsh, uncertain, and dangerous life—yet exciting, vivid, and real. These adolescents revealed their willingness to face the risks of criminality if such risks were necessary for them to feel alive, real, and socially included, even if only for a short time, even if it meant suffering, imprisonment, or even death.

Keywords: Adolescent. Urbanity. Infraction act. Vulnerability.

Resumen

El presente artículo es un recorte del libro *“Os Meninos de Heliópolis – El ser y hacer de adolescentes en conflicto con la ley y la sintomática criminal”* (Rentes, 2022). El objetivo fue comprender la visión de los adolescentes en conflicto con la ley sobre las razones de su ingreso en la vida delictiva y sus perspectivas de futuro. El público objetivo de la investigación estuvo compuesto por 70 adolescentes de sexo masculino de la ciudad de São Paulo, de entre 12 y 19 años, bajo medidas socioeducativas. Uno de los métodos utilizados en la recolección de datos fue el Dibujo-Historia (Trinca, 2013). El artículo señaló, entre sus resultados, que vivir en la ciudad ofrecería, estimularía, autorizaría y convocaría la práctica infraccional como un intento de romper las fronteras que separan la favela del resto de la ciudad. La diferencia de realidades, marcada por la desigualdad social, culminó en una experiencia de exclusión y fractura social, representada por un verdadero apartheid urbano. El crimen se evidenció como la principal forma de romper tal vivencia separatista, promoviendo un encuentro forzado entre las dos realidades: la favela y el resto de la ciudad. El delito fue entendido aquí como una estrategia de comunicación y una vía de acceso entre los dos mundos, una especie de pseudo- pasaporte que proporciona una ilusoria ruptura de fronteras. El futuro fue visto por la mayoría de los jóvenes como representante de una vida corta, dura, incierta y peligrosa, pero al mismo tiempo emocionante, viva y real. Estos adolescentes indicaron que estarían dispuestos a vivir los riesgos de la criminalidad si estos fueran necesarios como condición para sentirse vivos, reales e incluidos socialmente, aunque solo fuera por poco tiempo, incluso ante la posibilidad de sufrir, ser encarcelados o, incluso, morir.

Palabras clave: Adolescente. Urbanidad. Acto infraccional. Vulnerabilidad.

Introdução

A escolha por tal tema versa sobre a relevância e a urgência de se pensar em novas práticas interventivas acerca do universo infracional juvenil, seus desdobramentos psicossociais e sua representatividade dentro do campo jurídico. Atualmente, no Brasil, mesmo depois da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012), e de outras instâncias que visam à proteção e à garantia de direitos, deparamo-nos ainda com um cenário, por vezes, catastrófico em relação à garantia de cuidados ofertados à infância e à juventude, em especial aos adolescentes em conflito com a lei.

Olhares muito punitivistas, com recortes estruturais enquanto classe social e raça, são ainda evidentes em nosso sistema socioeducativo e em suas respectivas medidas aplicadas. Metas e objetivos desarticulados da realidade dos adolescentes ainda são traçados e exigidos dentro dos planos individuais de atendimento (PIA) de maneira bastante equivocada, de modo geral, pelo nosso Sistema judiciário, bem como por parte dos próprios profissionais que acompanham as medidas socioeducativas. Tais equívocos contribuem expressivamente para a ocorrência dos fracassos nas execuções e cumprimentos das medidas socioeducativas e da possibilidade real de rompimento com a prática infracional por parte dos adolescentes. Vale ressaltar, por exemplo, que não é comum, por parte do judiciário, a aplicação de medidas socioeducativas de advertência ou reparação do dano, consideradas as primeiras possíveis de serem aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, conforme o que preconiza o ECA (1990) SINASE (2025). Durante toda a minha pesquisa de 5 anos, realizada dentro da Favela de Heliópolis, nenhum dos mais de 200 adolescentes assistidos pelos serviços de medida havia recebido, por parte do judiciário, as primeiras medidas socioeducativas mais brandas, nesse caso, advertência e reparação do dano, mesmo sendo, em sua maioria, primários e cometendo infrações leves (Rentes, 2022).

Muitos adolescentes são primários na prática infracional e, em sua maioria, de acordo com o Anuário de Segurança Pública (2023), não contém em suas infrações índices robustos e expressivos de violência, agressividade, reincidência ou periculosidade, que justificassem receberem medidas socioeducativas mais severas, por longos períodos e com exigências de cumprimento por vezes inalcançáveis, tendo como principal prática infracional mais frequente o roubo e tráfico de drogas.

O presente artigo trata-se de um recorte do meu livro intitulado: “Os Meninos de Heliópolis - O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal” (2022), baseado na minha Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Humanas e Criminologia, defendida na Universidade UFP, na cidade do Porto em Portugal. O objetivo geral desse artigo foi apresentar a compreensão dos adolescentes em conflito com a lei perante o fenômeno da criminalidade e levantar qual a ideia que esses adolescentes possuem sobre os porquês de ingresso na vida do crime e quais suas perspectivas de futuro vinculadas a prática infracional, bem como o impacto do cenário urbano, suas desigualdades e contradições, como contribuintes para a criminalidade.

Metodologia

A proposta metodológica da pesquisa se limitou a coletar dados acerca dos adolescentes em conflito com a lei que deram entrada no serviço de medida socioeducativa em meio aberto nos anos de 2013 a 2017. O enquadre territorial foi a Favela de Heliópolis, uma das maiores da América Latina, com 1 milhão de metros quadrados e mais de 200 mil habitantes, comunidade essa localizada dentro do bairro do Ipiranga – Zona Sudeste do município de São Paulo – SP – Brasil. Foram utilizados como campo de investigação os dois serviços de medida socioeducativa da região, que atendiam na época, uma média de 200 adolescentes no território.

Os participantes selecionados para a pesquisa foram 70 adolescentes e jovens, do sexo masculino, entre 12 e 19 anos, todos moradores do bairro de Heliópolis e região. Um dos critérios de seleção foi que o adolescente já tivesse cometido algum tipo de ato infracional e que estivessem em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), ou ambas designada por Medida Acumulada/Ressocialização.

O método escolhido foi o qualiquanti, visando a expressividade numérica e ao mesmo tempo a profundidade dos dados analisados. De acordo com Turato (2005), o método qualitativo tem sua base na fenomenologia, uma vez que visa a experiência do saber coletivo a partir do vivido, podendo utilizar também a psicanálise como pressuposto teórico básico. Segundo a autora, a função do pesquisador dentro do método qualitativo seria o de compreender o sentido e o significado do fenômeno estudado a partir da relação: humano e sociedade.

A pesquisa quantitativa nos oferta a expressividade numérica necessária para validação de sistemas e protocolos, bem como o desenvolvimento e criação de políticas públicas específicas para cada território e população. Já a pesquisa qualitativa se preocupa com aquilo que não pode ser somente quantificado. Ela foca o universo dos significados, motivações, desejos, valores e ações, tudo relacionado ao campo das relações, dos fenômenos impossíveis de serem tratados ou enquadrados somente como simples variáveis (Minayo, 1996).

Segundo Tardivo (2007) a teoria e a clínica são inseparáveis e o material clínico não está a serviço somente da pesquisa e de seus benefícios, ao que a mesma afirma:

Quero deixar expresso meu empenho em discutir esses temas, e não em propor de antemão o que vou encontrar depois num modelo de ciência tautológica, em que se busca na prática o que já está escrito na teoria, e volta a se fazer isso num círculo vicioso, que a meu ver não traz contribuições. Penso numa aproximação crítica, numa reflexão a partir de ideias fecundas (...) (Tardivo, 2007, p. 25).

Foi escolhido como um dos instrumentos de coleta dados o procedimento do Desenho Estória com Tema (DET), apresentado e introduzido por (Aiello- Vainsberg, 1997), técnica essa derivada do procedimento (D.E. – Desenho Estória) de Walter Trinca (Trinca, 1972). A escolha de tal técnica está baseada também em sua validação e reconhecimento no meio acadêmico: “Essa técnica vem desenvolvendo, o que propiciou sua validação para uso na clínica, em muitas pesquisas; nos mais variados campos da psicologia; em distintos grupos de pessoas em diferentes condições”. (Tardivo, 2011).

O Procedimento D.E.T. destina-se a sujeitos de ambos os sexos e de todas as idades, sendo para isso somente necessário a capacidade de desenhar e verbalizar ou escrever, contemplando todas as classes econômicas, religiosas, culturais e mentais (Trinca, 2013).

O D-E com Tema é um procedimento muito simples de ser aplicado. Para o público-alvo em questão (70 adolescentes em conflito com a lei) o tema do desenho solicitado foi: *O Crime*. Vale ressaltar que todas as aplicações foram feitas de forma individual com o intuito de evitar influências de um adolescente para o outro. Vejamos o procedimento e seu passo a passo durante a presente pesquisa: 1) Em um ambiente adequado e protegido foi oferecido ao participante uma folha de papel sulfite A4 em branco; 2) Foi disponibilizado lápis preto e lápis colorido; 3) Foi ofertado o tema do desenho ao participante e lhe foi solicitado a fazer um desenho acerca desse tema; 4) Após a realização do desenho, foi solicitado ao participante que contasse uma estória sobre seu desenho.

Trinca (2013) aponta para as razões em se utilizar tal procedimento:

- 1) rapidez e facilidade na aplicação, 2) amplitude e abrangência de utilização clínica e não-clínica, 3) adaptabilidade às necessidades de comunicação inconsciente do examinando, 4) possibilidade de penetração e desvendamento de conteúdos psíquicos relevantes, 5) concisão na focalização e no destaque de material clínico significativo,
- 6) oportunidade de atendimento de populações carentes, para os quais os métodos tradicionais se tornam pouco realistas. (Trinca, 2013 p. 13).

Discussão e Resultados

Os principais pontos levantados a partir da construção dos adolescentes (Desenhos) e da construção projetiva de seus relatos (Estórias) foram divididos em 10 categorias. A forma utilizada e escolhida para agrupar e apresentar os resultados foi a Análise do Conteúdo (Bardin, 2009). Vejamos o gráfico 1 das categorias alcançadas:

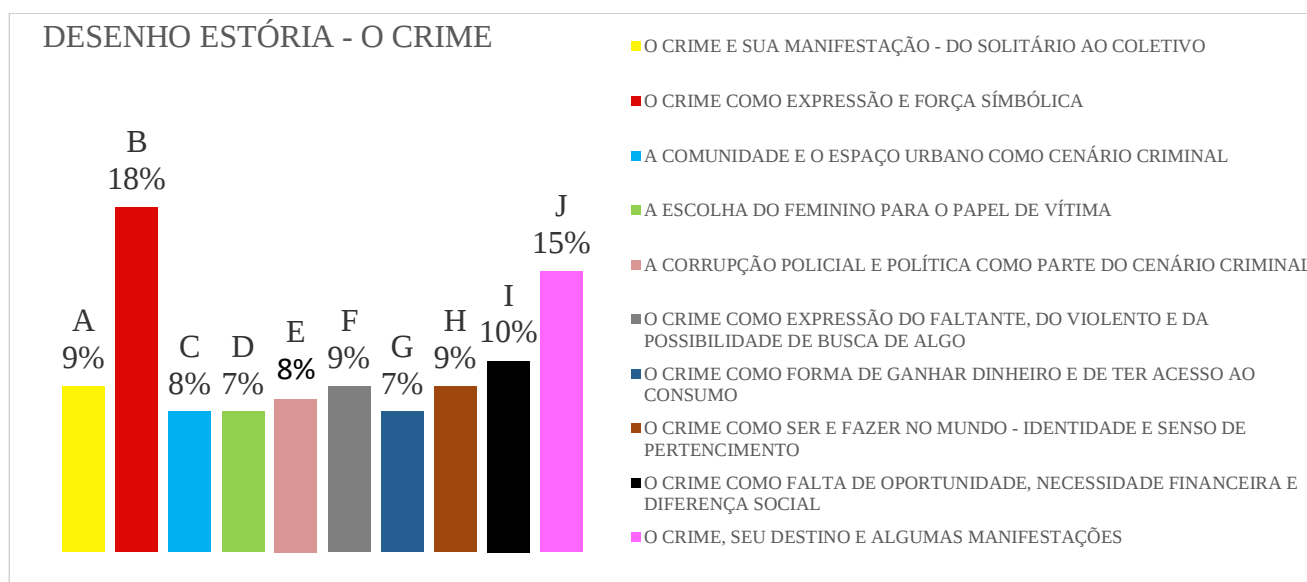


Figura 1 – Categorias do desenho estória produzidos pelos Meninos de Heliópolis - O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei e a Sintomática Criminal, (Rentes, 2022)

Podemos perceber no gráfico acima que os adolescentes pesquisados apresentaram várias representações sociais (Spink, 1993) acerca do tema: *O Crime*. Diversos significados foram expressos e divididos em categorias. O presente artigo se limitará a apresentar alguns resultados da categoria C intitulada: *A comunidade e o espaço urbano como cenário criminal*. Vejamos um primeiro desenho e sua respectiva estória:



É minha história, é eu e minha mãe, meus irmãozinhos e meu irmão, é que eu tinha acabado de nascer, eu e meu irmão. Aí aqui nós cresceu, nós veio morar pra dentro da favela. Aí eu comecei estudar aqui... Aqui eu e meu irmão começou a vida errada, aí estava eu e ele com a arma na mão. Aí eu e ele entrou pra vida errada, a minha mãe avisava todo dia pá nós sair da vida errada e sempre que ela falava nós mandava ela seguir a vida dela. Aí ela foi lá e seguiu a vida dela, foi embora e deixou nós. Eu choro porque essa vida é foda, eu estou trabalhando na biqueira de novo, porque eu não consigo parar, é dinheiro fácil, eu compro o que eu quero. Eu ajudo minha mãe na casa, mas ela não tem nada a ver com isso não. Eu ganho 1000,00 reais por semana e eu não vou sair, nem adianta, quero comprar uma moto, só vou parar de trabalhar na biqueira quando comprar essa moto. Onde eu trabalho tio, os policiais são todos corruptos, eles me pegaram umas 5 vezes, ontem mesmo (06/11/16), eles me pegaram os caras (campanas), os meus parça pagaram 4000,00 reais para os policiais, eles me livraram, fazem acordo com os policiais. A princípio perguntam para os policiais se vai ter ideia? Eles dizem que sim. E o meu irmão está também na vida do crime, rouba loja. Continuo no crime pelo vício do dinheiro, por tudo (sic), (adolescente nº 20).

Figura 2 – Rentes, R. (2022).

Ao observarmos o desenho e a estória anterior, percebemos que a construção gráfica denota características de um período anterior ao da adolescência, remetendo ao período da infância, da convivência em família e do momento de seu nascimento. Aponta que para esse menino o crime está vinculado à sua história de vida, desde os seus primórdios dentro da vida na cidade. Existe uma dualidade, em que o adolescente na construção gráfica já passa um recado: *“Pare e pense – O crime não compensa”* (sic), porém ao longo de sua história se defende de tal pensamento, afirmando que não sairá do mundo do crime antes de adquirir uma moto.

A construção do desenho e da estória para esse adolescente ofertou uma espécie de espelho, ao qual prontamente se identificou. O menino faz questão de demonstrar que no início da história vivia em família, dentro da comunidade e frequentando a escola. Contudo, parece que algo ocorre e o leva para a vida “*errada*” (sic). Refere ao início da prática infracional após empunhar um revólver, como se a arma fosse a porta de entrada para o crime. O aspecto coletivo também fica evidente, tendo o irmão como parceiro. Frisa o movimento inicial materno de represália por suas escolhas, contudo, num segundo momento, refere-se ao abandono materno como consequência de seus atos.

O choro surge na sequência de seu relato ao se deparar com a dura realidade de não conseguir se desvencilhar da prática infracional. Aponta o ganho “*fácil*” (sic) de dinheiro e a possibilidade de estar incluído no sistema da vida urbana e capitalista de consumo como fatores que dificultam seu rompimento com a prática infracional. Aponta também como uma boa consequência de suas escolhas, a chance de ajudar a mãe com as despesas de casa, assumindo lugares de cuidado, responsabilidade, identidade e existência dentro do âmbito familiar.

O tráfico de drogas oferta a esse adolescente uma remuneração que o permite Ser e Fazer dentro da comunidade, seja no âmbito individual, familiar ou coletivo, o que o sustenta como sujeito no mundo. Contudo, ao mesmo tempo, o aprisiona em tal prática. Dificilmente conseguiria hoje, na realidade atual brasileira, uma remuneração em outra atividade que fosse minimamente competitiva no sentido de oferta de oportunidade e de sobrevivência de seus desejos numa cidade como São Paulo, “*viver na cidade é assim, ou tem dinheiro ou tem dinheiro... vida urbana tio*” (sic).

O menino não deixa de refletir sobre a corrupção policial, quando estes últimos cobram pedágios denunciando a participação e manutenção do cenário criminal. É interessante observar a percepção do adolescente acerca da riqueza pertencente à cidade de São Paulo, o seu reconhecimento urbanístico e social, o que de certo modo denuncia que o tipo de crime praticado estaria totalmente relacionado ao ambiente social e urbano a que pertence, ou seja, o crime sustentaria a possibilidade do adolescente de fazer parte e de se sentir parte, trazendo em sua produção um provável sentimento de pertença, unidade familiar e proteção por parte do tráfico, quando este último o salva das mãos da polícia, pagando por sua liberdade. Tal gesto poderia ser visto como uma espécie de amor e investimento em sua pessoa, mas ao mesmo tempo poderia levá-lo a uma relação de dívida, dificultando ainda mais sua saída do mundo do crime.

Denota pela construção do discurso, que se as características urbanas não estivessem presentes de forma tão estrutural e se os policiais não fossem tão corruptos, o cenário poderia ser diferente, tanto no sentido de não precisar se pagar grandes quantias de propina por sua liberdade, como também seu custo de vida seria mais baixo, e dessa forma, a necessidade de grandes quantias monetárias para garantir seu acesso a bens de consumo e seguridade social não se faria tão necessário. Percebiam, nesse caso, que tudo envolve o conceito de liberdade, seja o direito de permanecer livre como e de usufruir da cidade, de pertencer a ela e poder consumi-la.

Indo ao encontro de alguns autores aqui utilizados, como Bauman (2001, 2011, 2012) e Endo (2005), ambos afirmam que as diversas formas de violência, por vezes não visíveis, mas visceralmente sentidas, ocorrem no dia a dia da cidade, no espaço urbano, e que essa violência recairia mais intensamente sobre o corpo do mais vulnerável e do menos assistido. Vejamos mais alguns desenhos e trechos de outras histórias:

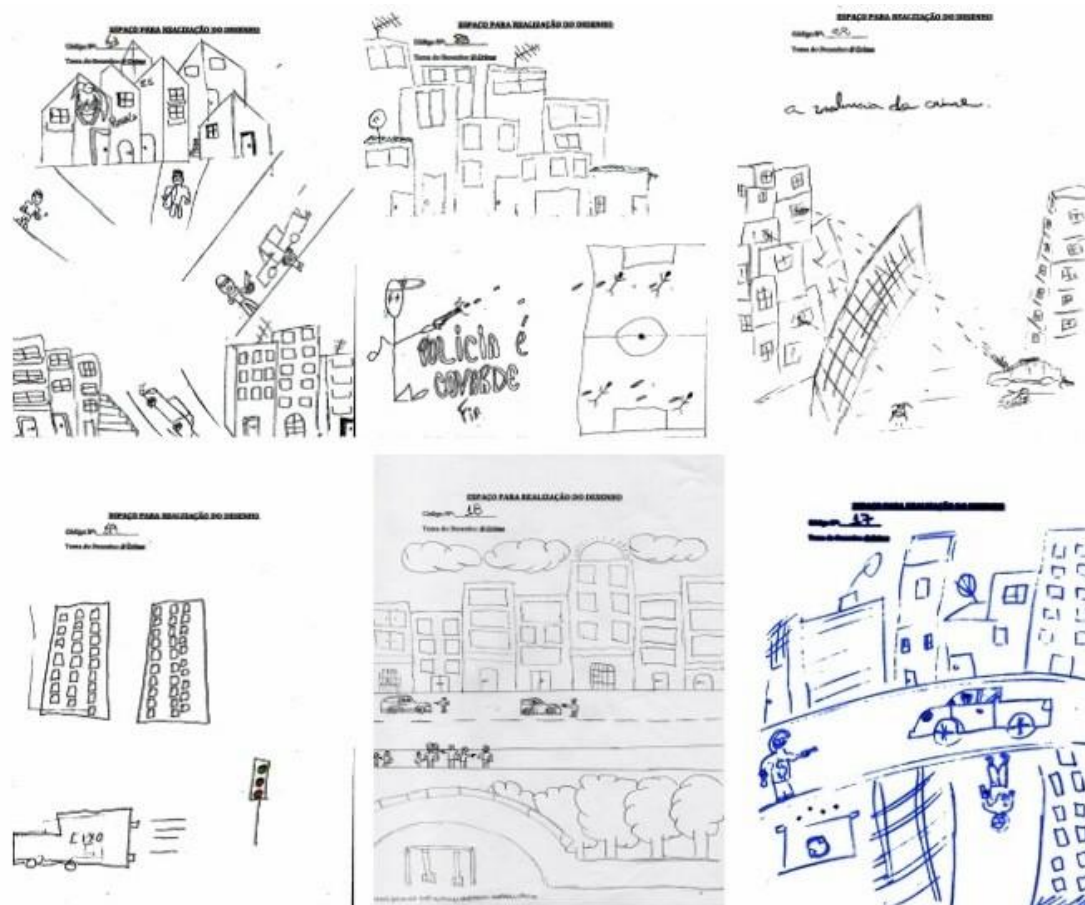


Figura 3: Desenhos produzidos pelos adolescentes da pesquisa, (Rentes,2022).

Podemos perceber nos seis desenhos apresentados que o cenário escolhido por alguns adolescentes de Heliópolis para representar o crime foi o contexto urbano, bem como a divisão e a diferença entre cidade e comunidade. Podemos perceber que os cenários estão cindidos, como uma espécie de *apartheid* social, na maioria das vezes separados pelo asfalto, de um lado a favela e do outro o restante da cidade. A diferença das construções e da geografia ficam marcadas, mas, além de tudo, parece que pertencer à favela, para os meninos, denota uma marca no lugar social, lugar esse vinculado ao crime. O sentimento de exclusão e segregação fica evidente não só nas produções gráficas como também em alguns trechos das histórias, vejamos:

Comunidade, vida urbana, cidade repartida pelas avenidas, pessoas na rua, armas, carros. Os caras do lado de lá acham que somos ladrão e não é desse jeito. Os outros ligam para a polícia, achando que nós é traficante, fica desmerecendo. Quando nós é pequeno todo mundo fala que vai ser bandido, porque mora em favela, todo mundo é falho, ninguém é perfeito [sic] (Adolescente n.º 53).

No trecho anterior, a partir do olhar de Goffman (1982) acerca do conceito de estigma, nos oferta a possibilidade do entendimento do quanto a marca e o rótulo são fatores potenciais de desenvolvimento de violência, exclusão e definição de escolhas; fenômenos esses desenvolvidos a partir do olhar estigmatizado do outro. Nesse caso, parece denotar aos adolescentes que, ser morador da favela lhes ofertariam o papel de ladrão ou traficante. Tal fato pode nos remeter ao entendimento de que o papel ofertado pelo social seria um dos principais contributos acerca do cenário criminal na adolescência.

Esse adolescente ainda enfatiza que tal estigma o acompanharia antes de se tornar adolescente, que o início de tal marca se daria desde pequeno, enquanto criança. Dessa forma, se seguirmos esse caminho, poderíamos pensar que diante da organização social atual, segregadora e desigual, o fato de nascer dentro da comunidade traria, a partir do olhar social, maiores índices de vulnerabilidades, em que papéis, funções e identidade, desde o universo da infância, já estariam impregnados e designados como caminhos criminais a serem percorridos. Vale ressaltar que, principalmente na infância, temos a tendência a acreditar em tudo aquilo que nos dizem.

No trecho a seguir, outro menino refere:

Vim do gueto passando o que já fiz. Uma comunidade separada por uma rua, ligada pelos fios da rede elétrica, com pipas grudados. Eu vim da periferia e também da comunidade e hoje estou passando pra vocês que o crime não é só traficar, nem roubar, mas sim uma arte nesse papel. Aprendemos na comunidade, respeitar um ao outro, assim como ladrão e trabalhador, se não tiver isso, a nossa população tá bagunçado [sic] (Adolescente n.º 57).

O adolescente aqui representado pelo n.º 57 também aponta para as ações de roubar e traficar como a manifestação do crime, indo também ao encontro dos dados estatísticos atuais. Contudo, esse adolescente nos faz pensar a partir de sua primeira frase “Vim do gueto passando o que já fiz”, que de alguma forma o viver de hoje possui uma história, um começo, fato esse iniciado segundo ele na favela, no gueto.

De acordo com Bauman (2001, 2011), o gueto envolve lugares dos quais não se pode sair ou entrar. Vemos isso nos desenhos dos adolescentes, a segregação estampada pela cisão social. A *guetificação* estaria paralela e ao mesmo tempo seria complementar ao fenômeno da criminalização da pobreza. Dessa forma, o papel de bandido atribuído aos meninos pobres da comunidade seria uma espécie de troca de população e de guetos, ora os guetos seriam as penitenciárias, ora as favelas. A formação do gueto assim como as prisões seriam dois tipos de estratégia de prender os tidos como indesejáveis ao chão, de confinamento a imobilização. A diferença entre ambos seria somente a forma cruel de impedi-los de fugir, preso pelas grades, preso pelo estigma de favelado.

Já na década de 1910, surge uma força investigativa iniciada e conhecida como movimento da Escola de Chicago, nos EUA, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do departamento de sociologia da Universidade de Chicago. Tal movimento investigativo e relevante para a história das pesquisas sociais foi fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small.

Entre 1915 e 1940, esse grupo de pesquisadores produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas na área da sociologia e da psicologia social, direcionado principalmente à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam no meio urbano, envolvendo temáticas que versavam sobre violência, grupos excluídos e marginalizados. Tal movimento científico é também interpretado e reconhecido como uma das primeiras iniciativas relevantes no estudo das cidades e centros urbanos, o desenvolvimento de uma práxis potente, associando conceitos teóricos e pesquisa de campo de caráter etnográfico.

Um dos temas considerados mais importantes para aquele momento era o da delinquência juvenil, que afetava especialmente os filhos dos grupos de imigrantes que viviam na cidade de Chicago. Tal grupo era visto pela maioria da população como os responsáveis pelos altos índices de violência urbana no território, levando por vezes à segregação e à exclusão social de tais grupos.

Parece que, de alguma forma, ainda vivemos, mesmo um século depois do surgimento da Escola de Chicago, vivências muito parecidas. Embora Heliópolis denota extrema riqueza e alcance de conquistas sociais, a guetificação ainda parece ser um fenômeno vivido pelos adolescentes em conflito com a lei da região. Surge dentro do movimento da Escola de Chicago o conceito intitulado cinturões de pobreza, que seriam zonas ou regiões urbanas que se encontravam em estado de extrema vulnerabilidade, deterioração, abandono do poder público e precariedade enquanto políticas públicas adequadas. Tais cenários seriam então os habitats mais propícios para o surgimento, desenvolvimento, proliferação e ação da criminalidade. Tal situação, baseada e interpretada pela teoria da ecologia humana, nos ofertaria base em aprimorar o foco dos estudos sobre o poder do meio sobre os sujeitos.

Tem uns prédios e uma avenida que passam muitos carros, a avenida é longa e às vezes os carros passam muito rápido e não respeitam o sinal, por isso colocaram radares, mais luzes e policiais para não ter mais assaltos, para todos saírem e voltarem para sua casa em segurança, aí depois de colocarem tudo isso na avenida parou de ter assalto porque agora não sei. Um caminhão de lixo está recolhendo lixo pela comunidade [sic] (Adolescente n.º 59).

Percebemos no trecho anterior que o crime novamente se destaca pelo cenário urbano, prédios e ruas ganham protagonismo nos desenhos e nas falas, assim como traços e características da comunidade, como alguns serviços públicos e dispositivos de organização social, como um caminhão de coleta de lixo e um semáforo.

Durante a construção das estórias, em específico o menino n.º 59, afirma que existe uma longa avenida movimentada por carros em alta velocidade. Podemos nos questionar: Qual caminho seria esse percorrido com tanta rapidez? Será que a trajetória de vida dos adolescentes dentro do mundo do crime se caracterizaria como um fenômeno curto e veloz? O adolescente refere também que para aqueles que abusam da velocidade existe uma consequência, o punir, situação essa hipoteticamente representada nos radares que multam os motoristas que avançam o sinal vermelho.

O sinal vermelho poderia ser visto aqui como uma barreira, como uma espécie de impedimento de algo que não deveria ser feito, nesse caso reconhecido como impeditivo, mas por algum motivo não respeitado em sua simbologia. Aponta que quanto maior a luz e o número de policiais maior seria a segurança pessoal, ao que podemos fazer uma leitura de um possível pedido de apoio e ajuda a partir de um lugar e de um papel continente e limitante.

Um dado que chama a atenção é a inclusão de um caminhão de lixo tanto no desenho como na estória. O adolescente atribui a esse elemento a função de limpar a comunidade. Questiono-me de qual limpeza o adolescente estaria se referindo? O que precisaria ser limpo? Qual lixo deveria ser retirado? De forma triste, podemos supor que talvez a referência utilizada “lixo” (sic) esteja relacionada projetivamente a eles mesmos. Diante disso, podemos supor que tal limpeza estaria relacionada ao movimento social higienista, em que se propaga o desejo de higienizar a sociedade, banindo do convívio em comunidade aquilo que nos desagrade, criando e/ou perpetuando estigmas, bem como, mais uma vez, os cinturões de pobreza outrora mencionados a partir da Escola de Chicago.

Outra forma de olhar para tal manifestação seria a necessidade da criação de maiores e expressivas políticas públicas dentro do território, representadas aqui, simbolicamente através do caminhão de lixo. Tal “serviço” ofertaria uma maior possibilidade de organização do espaço comunitário, separando o bom do ruim, o que poderia ser preservado e o que deveria ser descartado. Como se esses meninos necessitassem de “lixeiros” que sobrevivessem ao ruim e ao desprezível, e mais do que isso, que entrassem em seus caminhos que os auxiliassem a retirarem o que já não serve mais. Como se esses adolescentes, tristemente identificados como lixos sociais, necessitassem de pessoas disponíveis a realizarem essa coleta, a entrarem em contato com o dito lixo, dessa vez, dentro de uma perspectiva de cuidado e promoção de saúde. Talvez o lixo aqui representado, poderia ser visto como as coisas de errado que ocorreram na vida desses adolescentes, sendo necessário para a sua assistência e proteção, serviços e pessoas que se dispusessem a entrar em contato com tal material, que sobrevivessem a ele, e a partir disso, ofertassem o cuidado necessário.

Assim como nesse caso, de acordo com Jost (2010), os adolescentes em conflito com a lei geralmente se considerariam pessoas piores que as outras, chegando a referir a si mesmos substantivos pejorativos, representantes do mal universal. Tal fato serviria para esses meninos como uma espécie de justificativa e castigo pelo que acreditam que são e, dessa forma, padeceriam as consequências por seus atos, levando a sofrimentos como exclusão, solidão, abandono, desamparo, e ainda destinados a uma vida curta e rápida no sentido temporal.

Em acordo com o pensamento de Endo (2005), as regiões periféricas da cidade são representadas como terra de ninguém. Com isso, entendemos que as violências cometidas pelos adolescentes e jovens não podem ser desarticuladas da violência que a própria cidade pratica contra a população por meio de seus dispositivos públicos ou ausência desses. Uma cidade cindida, esquizoide e recortada em função da discriminação e da segregação, definiria linhas de corte que afetam, invariavelmente, o corpo do cidadão, nesse caso, principalmente o corpo dos menos favorecidos, sendo esse cenário, assim como visto pela Escola de Chicago, um local propício e potencial para o desenvolvimento da criminalidade.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos concluir que para esses adolescentes o crime denota aspectos que vão do singular ao coletivo, experiência essa que transita entre a influência da constituição e formação social, envolvendo identidade, senso de pertencimento e respeito comunitário, bem como a solidão em suas escolhas, medo de abandono e desamparo em seu futuro. Uma mistura de sentimentos assombra tais meninos que vivenciam o grupo como apoio e segurança, mas também denunciam vivências que envolvem a ausência de figuras de proteção, ansiedades aterrorizantes e a dificuldade de encontrar confiança nesse coletivo vivenciado.

Apontamos também que o espaço urbano representa o principal palco e cenário da criminalidade. Percebemos que o viver na cidade ofertaria, estimularia, autorizaria e convocaria a prática infracional. A diferença de realidades marcada e separada por uma simples rua desenhada, evidenciavam a desigualdade social vivida, o processo de exclusão e cisão, uma sociedade esquizoide e um verdadeiro *Apartaid* social, onde de um lado encontrávamos a favela e de outro o restante da cidade e sua urbanidade.

Assaltar o dito *playboy* ou vender droga para o *filhinho de papai* seria uma das formas de promover encontro entre as duas realidades, favela e cidade, ou seja, o crime como estratégia de comunicação e via de acesso entre os dois mundos, uma espécie de veículo de transporte que permitiria a esses adolescentes transitarem entre os dois mundos, sendo o crime uma espécie de *pseudopassaporte* e ilusória quebra de fronteiras.

A cruel identificação dos meninos como lixo social denuncia a necessidade da criação de novas políticas públicas que auxiliem a quebra de tal fenômeno identificatório, vislumbrando maior garantia de direitos e dignidade humana, e com isso, melhores perspectivas de diminuição nos índices de criminalidade juvenil.

Chegamos também ao resultado de que o crime para os adolescentes representa a possibilidade de alcançarem aquilo que entendem como algo de direito, como algo que deveria lhes pertencer. O direito ao consumo, o direito a inclusão social através da aquisição de bens, da mesma maneira a chance de existirem dentro de sua comunidade como alguém reconhecido, respeitado, pertencente e com uma identidade. Os resultados apontam também a desigualdade social e a necessidade financeira como um dos principais aspectos que justificaria e representaria o fenômeno do Crime.

Fica evidente que na prática os meninos não conseguem vislumbrar possibilidades reais de apoio na mudança, restando ao mágico e ao fantasioso a alternativa de futuro. Ao mesmo tempo, tal idealização aparece também com relação a permanência no mundo do crime, como se a realidade infracional fosse algo tranquilo, leve e sem grandes conflitos.

Quando nos deparamos com os adolescentes em conflito com a lei, principalmente os egressos do sistema fechado, com passagem pela Fundação CASA¹, um discurso muito permeado por revolta, sentimento de impunidade e desejo de vingança perante as violências sofridas. Encontramos uma fala por vezes desacreditada enquanto justiça social e percebemos que a mudança de oprimido em opressor, por vezes é quase que instantânea e automática. O futuro foi visto, pela maioria dos meninos, como representante de uma vida curta, dura, real, intensa, conflituosa e em busca de sentido, mesmo que para isso o caminho fosse trágico, com sofrimento, dor, encarceramento e morte. Dessa forma, os adolescentes denotaram que estariam dispostos a viverem tais riscos, se estes fossem necessários como condição para se sentirem vivos, reais e incluídos socialmente, mesmo que por pouco tempo, mesmo que mediante a possibilidade de sofrerem, de serem presos ou até mesmo de morrerem. Por fim, a urbanidade cobraria um preço alto, preço esse pago pelos adolescentes em questão e pela sociedade civil como um todo.

¹ Instituição governamental que executa as medidas de privação e restrição de liberdade no estado de São Paulo.

Referências

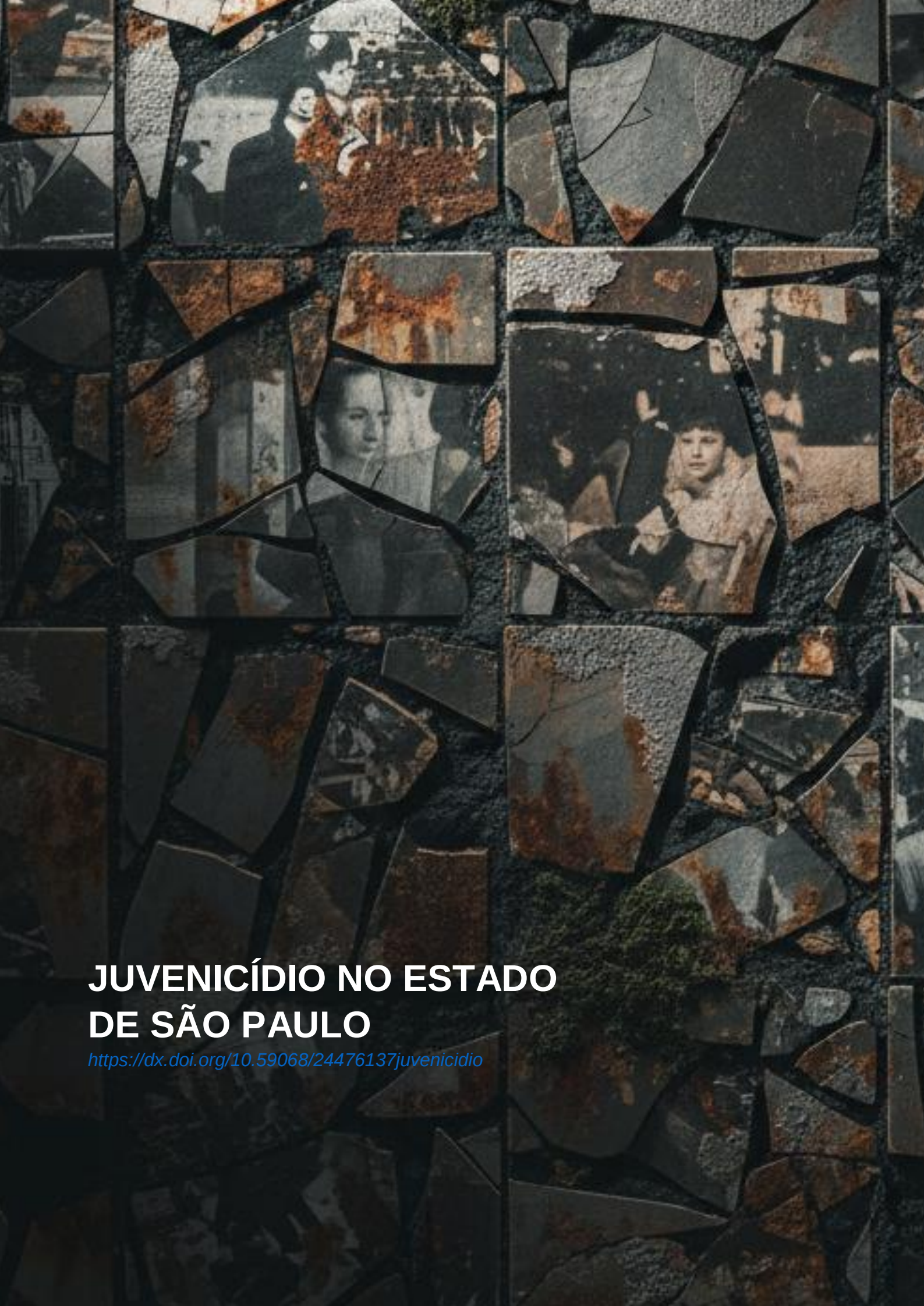
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1997). Investigação de representações sociais. In W. Trinca (Org.), Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias. Vetor.
- Bardin, L. (2009). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). Comunidade: A busca por segurança no mundo atual. Zahar.
- Bauman, Z. (2010). Capitalismo parasitário. Zahar.
- Bauman, Z. (2011). Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global. Zahar.
- Bauman, Z. (2013). Sobre educação e juventude. Zahar.
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Brasil. (2012). Lei nº 12.594. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasil. (2021). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.
- Brasil. (2025) Levantamento Nacional do SINASE - 2024. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Universidade de Brasília.
- Endo, P. C. (2005). A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico. Escuta.
- Goffman, E. (1982). Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Zahar.
- Jost, M. C. (2010). Fenomenologia das motivações do adolescente em conflito com a lei. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(1), 1–10.
- Minayo, M. C. S. (1996). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Vozes.
- Rentes, R. (2022). Os meninos de Heliópolis: O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal. Appris.
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Cadernos de Saúde Pública, 9(3), 300–308.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2007). O adolescente e sofrimento emocional nos dias de hoje. Vetor.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2011). O procedimento de desenhos-estórias (D-E) e seus derivados: Fundamentação teórica, aplicações em clínica e pesquisas. In Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica. Casa do Psicólogo.
- Trinca, W. (1976). Investigação clínica da personalidade: O desenho livre como estímulo de apercepção temática. Interlivros.
- Trinca, W. (2013a). Formas compreensivas de investigação psicológica. Vetor.
- Trinca, W. (2013b). Procedimento de desenhos-estórias: Formas derivadas, desenvolvimentos e expansões. Vetor.
- Turatto, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: Definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista de Saúde Pública, 39(3), 507–514.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Rentes, R. (2025). Urbanidade Adoecida e Crime – A realidade de adolescentes em conflito com a lei na cidade de São Paulo. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 11, n.1, 08-29. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137urbanidade>

RECEBIDO EM: 05/07/2024

APROVADO EM: 10/03/25



JUVENICÍDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137juvenicidio>

Reginaide Aparecida da Silva
reginaide.a.silva@gmail.com

Graduada em psicologia pela Universidade Camilo Castelo Branco (2009). Especialização pelo Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia - Programa de Aprimoramento Profissional FUNDAP (2011) e Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília (2025). Atua como psicóloga clínica. Possui experiência como psicóloga social na rede de serviços conveniados à Prefeitura de São Paulo (2012 a 2014). Desde 2014, atua como psicóloga na Fundação CASA - SP, trabalhou na execução de medida socioeducativa de internação (2014 a 2019) e, atualmente, atua no programa de psicoterapia institucional.

JUVENICÍDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

JUVENICIDE IN THE STATE OF SÃO PAULO

JUVENICIDIO EN EL ESTADO DE SÃO PAULO

Resumo

O presente trabalho busca analisar o contexto territorial de adolescentes na faixa entre 12 a 17 anos, que sofreram violência letal entre os anos de 2017 a 2023 na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no estado de São Paulo. A análise e o mapeamento proposto foram realizados a partir dos dados quantitativos obtidos junto a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo (SSP – SP) que possuíam como causa da morte homicídio doloso. Os dados analisados apontam que os homicídios vitimizam principalmente jovens brancos, do sexo masculino, vinculados aos municípios de Cruzeiro, Lorena e Taubaté, indicando que os jovens destes municípios estão inseridos em um contexto de conflito territorial. No que se refere a faixa de idade é possível observar que na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte há maior distribuição de homicídios entre todas as faixas etárias, sendo observado que a população jovem passa a correr risco de sofrer violência letal a partir dos 14 anos de idade e o risco é intensificado para população na faixa de 16 e 17 anos.

Palavras-Chave: Adolescência; Homicídios; Território.

Abstract

This study analyzes the territorial context of adolescents aged 12 to 17 who suffered lethal violence between 2017 and 2023 in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and Litoral Norte in the state of São Paulo. The proposed analysis and mapping were based on quantitative data obtained from the São Paulo State Public Security Secretariat (SSP-SP) that listed intentional homicide as the cause of death. The data indicate that homicides primarily victimize young white males from the municipalities of Cruzeiro, Lorena, and Taubaté, indicating that these young people are immersed in a context of territorial conflict. Regarding the age range, it is possible to observe that in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and Litoral Norte there is a greater distribution of homicides among all age groups, with it being observed that the young population begins to run the risk of suffering lethal violence from the age of 14 and the risk is intensified for the population in the age range of 16 and 17.

Key words: Adolescence; Homicides; Territory.

Resumen

Este estudio analiza el contexto territorial de adolescentes de 12 a 17 años que sufrieron violencia letal entre 2017 y 2023 en la Región Metropolitana de Vale do Paraíba y Litoral Norte, en el estado de São Paulo. El análisis y el mapeo propuestos se basaron en datos cuantitativos obtenidos de la Secretaría de Seguridad Pública del Estado de São Paulo (SSP-SP), que identificaron el homicidio intencional como causa de muerte. Los datos indican que los homicidios victimizan principalmente a jóvenes blancos del sexo masculino de los municipios de Cruzeiro, Lorena y Taubaté, lo que indica que estos jóvenes están inmersos en un contexto de conflicto territorial. En cuanto al rango de edad, es posible observar que en la Región Metropolitana de Vale do Paraíba y Litoral Norte existe una mayor distribución de homicidios entre todos los grupos de edad, observándose que la población joven comienza a correr el riesgo de sufrir violencia letal a partir de los 14 años y el riesgo se intensifica para la población en el rango de edad de 16 y 17 años.

Palabras clave: Adolescencia; Homicidios; Territorio.

Introdução

Desde 2022, atuo na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) como psicóloga no Programa de Psicoterapia Institucional da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente de São Paulo – Fundação CASA. Em meu exercício profissional, escuto relatos recorrentes de homicídios de adolescentes e jovens, o que evidencia a urgência de uma reflexão crítica sobre a violência letal intencional que incide sobre essa população do referido território. Tal fenômeno representa a expressão máxima da desproteção social e da violação sistemática dos direitos humanos, exigindo uma análise aprofundada sob a perspectiva da garantia de direitos e da responsabilização do Estado. A ameaça de sofrer homicídio não é uma condição que atinge a todos de maneira homogênea, tampouco se manifesta igualmente em relação a todo o território da RMVPLN.

Conforme publicizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, “RMVale e região de Campinas são duas maiores potências do interior paulista”², sendo a segunda região mais rica do estado de São Paulo. No entanto, no ano de 2023 foi considerada a região mais violenta do Estado, pois atingiu em média 12,55 homicídios a cada 100 mil habitantes, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública – SSP (São Paulo, 2024).

Esses dados apontam para uma juventude que é submetida a políticas de morte, em um processo de autoregulação em que eles próprios, face a ausência do Estado, empreendem movimentos de confronto e aniquilação. Segundo Valenzuela (2016), o conceito de juvenicídio busca nomear e identificar extermínio ou eliminação da população jovem e de como este fato ocorre de maneira permanente e sistemática. Refere-se ao ato extremo que tira a vida de uma pessoa, sendo o produto e a conclusão de várias formas de precariedade econômica, social, cultural e identitária dos jovens que tornam-se dispensáveis com base na sua situação social e seus repertórios de identidade.

² JORNAL O VALE, RMVale e região de Campinas são duas maiores potências do interior paulista. Publicado em 24/08/2023. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/rmvale-e-regiaode-campinas-sao-duas-maiores-potencias-do-interior-paulista/> Acesso em: 15/11/2024

Esse processo é observado em toda a América Latina, sendo conceituado como processo gerador de morte em grande escala relacionado com violações de direitos de crianças e adolescentes, endereçado especialmente ao sexo masculino, não brancos, das periferias das grandes cidades. Trata-se de um processo social altamente complexo com inúmeras dimensões de explicações (Valenzuela, 2016).

O conceito de necropolítica, refere-se às políticas de morte operadas por governos ou setores influentes da sociedade, em que estruturas baseadas no racismo definem quem pode viver ou morrer (Mbembe, 2011). Essa dinâmica de poder, que regula a vida pela imposição da morte, encontra correspondência na análise de Martín Baró (1988; 2000), na qual toda violência é política, expressando relações de poder que devem ser compreendidas no contexto específico de conflitos sociais. Baró argumenta que a violência é uma manifestação multideterminada, sustentada por ideologias que ocultam as injustiças estruturais, transcendendo o ato violento para envolver relações de dependência e castigo. Além disso, considera o trauma psicossocial não apenas como sofrimento individual, mas como um sofrimento coletivo decorrente das desigualdades sociais e da opressão de uma parcela da população latino-americana, o que contribui para a naturalização da violência.

Em suma, a articulação teórica com os dados estatísticos sugere a necessidade de repensar as políticas públicas para a juventude com o objetivo de assegurar que os jovens sobrevivam e cheguem a vida adulta. O cenário de violência letal, especialmente entre jovens, é reflexo direto de questões sociais profundas, como a desproteção e a violação dos direitos humanos, que precisam ser abordadas tanto na perspectiva individual quanto em uma análise mais ampla de políticas públicas e sociais.

Compreendo a importância em abordar os dados de violência na RMVPLN, levando em consideração os altos índices de letalidade e o impacto que essa violência exerce sobre a população jovem da região, justificando a necessidade deste trabalho. Analisar criticamente essas informações é essencial para entender as dinâmicas particulares locais, como as tensões e as rivalidades entre grupos, o que pode contribuir para uma formulação mais eficaz de políticas públicas voltadas para os jovens.

Método

Este estudo foi realizado a partir de análise de dados quantitativos obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo (SSP – SP), por meio da lei de nº 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que trata de assuntos de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e também dos Municípios. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos da administração direta e indireta, informações de seu interesse particular, quanto de interesse coletivo ou geral, lembrando que algumas exceções existem para a própria segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 2011).

Foi solicitado o número de registros de homicídios que possuíam como causa da morte homicídio doloso, ou seja, que existia a intenção clara e consciente de provocar a morte. O objetivo foi de obter os índices de violência e letalidade juvenil na RMVPLN, além de mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP) de jovens na faixa etária de 12 a 17 anos entre os anos de 2017 a 2023, considerando as macrorregiões do estado de São Paulo.

Os dados obtidos junto a SSP – SP foram disponibilizados em três arquivos diferentes: Homicídios Dolosos (Dados de 2017 a 2022), SIPVida (dados a partir de 2023) e MDIP (Dados de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial de 2013 a outubro de 2024). A partir dos dados fornecidos foi possível produzir um novo banco de dados relativos aos homicídios ocorridos no estado de São Paulo entre os anos de 2017 e 2023. Para a pesquisa em questão a categorização foi realizada por meio de filtros aplicados nas planilhas disponibilizadas que permitiram traçar o perfil dos adolescentes que sofreram violência letal intencional no período estudado, a partir das categorias: região da ocorrência, sexo, raça e idade. As análises estatísticas dos dados foram feitas a partir da avaliação da frequência e do percentual simples de variáveis selecionadas no banco de dados geral.

Os dados populacionais apresentados neste estudo foram obtidos por meio do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento empregou diferentes modalidades de coleta, como entrevistas presenciais, entrevistas por telefone e autopreenchimento via internet, garantindo ampla cobertura em todo o território nacional.

Discussão

Caracterização do território

A RMVPLN foi criada pela Lei Complementar 1.166, de 9 de janeiro de 2012 e se trata de uma das regiões com ocupação humana datada do período colonial português mais antiga no Estado de São Paulo (São Paulo, 2012). Com área total de 16.180,94 km², a região possui 2.506.053 habitantes, sendo estimados 63,8% se autodeclaram como brancos, 29% se autodeclaram como pardos, 6,15% se autodeclaram como pretos, 0,76% se autodeclaram como amarelos e apenas 0,12% se autodeclaram como indígenas (IBGE, 2022).

A RMVPLN é constituída por 39 municípios, distribuídos em cinco subregiões, com sedes em São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Cruzeiro e Caraguatatuba. A situação geográfica da RMVPLN está localizada entre os dois maiores centros produtores e consumidores do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, ligados pelo acesso das Rodovias Presidente Dutra, Ayrton Senna, Governador Carvalho Pinto, que são considerados fatores decisivos para a industrialização e o avanço tecnológico do Vale do Paraíba. Além da interligação com o litoral norte pelas Rodovias dos Tamoios e Oswaldo Cruz, do acesso entre o litoral norte paulista e à baixada sul fluminense ao Vale do Paraíba a partir da Rodovia RJ – 165, a interligação com o sul de Minas Gerais pela Rodovia SP-50 e o acesso à região de Campinas a partir da Rodovia Dom Pedro I.

O Juvenicídio em números

Ao iniciar os atendimentos enquanto psicoterapeuta escutei inúmeros relatos de adolescentes que justificavam ter cometido homicídios, presenciado, perdido amigos e/ou familiares na *guerra*³, surgindo assim o meu olhar enquanto pesquisadora para temática. Sá (2023) refere que o *pesquisa-a-dor* é alguém que é mobilizado pela dor do outro e, nesse atravessamento, movimenta-se para a elucidação do fenômeno. O processo de escuta ativa das experiências de vida dos adolescentes é fundamental para compreender o impacto da violência em suas subjetividades e realidades cotidianas.

A distribuição de homicídios na faixa etária entre 12 a 17 anos por regiões no estado de São Paulo, no período de 2017 a 2023, revela que a região com maior concentração de homicídios de jovens no interior de São Paulo foi a DEINTER 1, que corresponde à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Neste sentido, observo a precarização da vida dos jovens por meio da ampliação de vulnerabilidades, causadas pela ausência de políticas públicas ou quando estas estão disponíveis não atendem as necessidades dos jovens, gerando diminuição das opções disponíveis para que possam desenvolver seus projetos de vida.

Os dados públicos revelaram um total de 675 de vítimas de violência letal nas faixas etárias entre 12 a 17 anos, no período entre 2017 e 2023 em todo estado de São Paulo. No período pesquisado a RMVPLN registrou 147 homicídios dolosos, isto significa que concentrou 21,78% de todos os registros de homicídios para a faixa etária supramencionada em todo estado. Os anos de 2021 e 2022, foram os anos mais letais por concentrar mais homicídios de jovens que na capital e grande São Paulo, onde em geral os dados são mais elevados levando em consideração a estimativa populacional. Com estes dados foi possível realizar o mapeamento da região com maior índice de adolescentes vítimas de homicídios no estado de São Paulo, sendo possível observar que na RMVPLN a população jovem corre mais risco de sofrer violência letal.

³ De acordo com o relato dos jovens a “guerra” se trata de um tensionamento por disputa de pontos de tráficos de drogas, uma vez que de acordo com a narrativa dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, não há predomínio de uma facção criminosa na RMVPLN.

A análise dos registros de Mortes em Decorência de Intervenção Policial (MDIP) para a população alvo desta pesquisa, mostram que foram registrados 447 homicídios em todo estado. Ao analisar isoladamente os dados por regiões do estado, observa-se maior concentração destes registros na capital e grande São Paulo com 304 registros de MDIP. A análise dos dados da RMVPLN evidenciam que apesar das oscilações, os dados se mantêm abaixo média quando comparados as demais regiões do estado de São Paulo, pois no período pesquisado foram registradas 13 homicídios por MDIP sugerindo que majoritariamente os homicídios contra a população pesquisada não são cometidos por autoridades policiais e sim por tensionamento entre gangues, dado este que confirma o que observo e escuto nos relatos dos jovens em atendimento, ou seja, levando em consideração o conceito de necropolítica, este dado reflete como os governos e as estruturas de poder administram a morte em diversas formas, como através da violência policial, de políticas de guerra, de abandono social de certos grupos ou ainda por meio de estratégias que criam condições de vida que, na prática, podem levar a uma morte prematura ou violação de direitos (Mbembe, 2011).

A análise da distribuição de homicídio dolosos na população pesquisada por municípios, evidenciou registros em 20 municípios distintos da RMVPLN. Observa-se uma maior concentração de homicídios nos municípios de Cruzeiro, Lorena, cada um registrou 19 homicídios dolosos, enquanto Taubaté, configura-se como o município mais violento com 22 registros. Com índices menores, mas que chamam atenção, os municípios de Guaratinguetá com 15 registros, São José dos Campos com 11 registros, Pindamonhangaba e Jacareí com 9 registros. No Litoral Norte a maior concentração de homicídios dolosos para população pesquisada está em Caraguatatuba com 10 registros e São Sebastião com 6 registros. Chama atenção o fato dos homicídios se concentrarem em municípios de médio porte no caso Taubaté, com estimativa populacional de 321.298 mil habitantes e nos de pequeno porte como Cruzeiro com estimados 76.513 mil habitantes e Lorena com estimados 87.370 mil habitantes.

Uma variável explicativa para fenômeno é o fato de os municípios supracitados estarem localizados geograficamente mais distantes da capital do estado de São Paulo e fazer interligações entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que pode indicar um potencial tensionamento territorial entre facções criminosas.

A análise dos registros de homicídios de acordo com a faixa etária, no estado de São Paulo entre 2017 e 2023, revela que a maioria das vítimas se concentra entre 15 e 17 anos, totalizando 599 casos registrados neste grupo. Porém, observando isoladamente os dados da RMVPLN, apontam para uma distribuição mais diversificada entre todas as faixas etárias juvenis, ao contrário da tendência observada no restante do estado, onde os homicídios se intensificam principalmente a partir dos 16 anos. Na RMVPLN o risco de sofrer homicídio se apresenta significativo para os jovens a partir dos 14 anos, apontando que todas as faixas etárias jovens da região estão expostas a contextos de violência letal. Tal cenário alerta para a necessidade urgente da implementação de políticas públicas específicas à proteção, promoção de direitos e prevenção da violência entre a população jovem.

Ao analisar os dados RMVPLN sob o recorte de gênero, observa-se que os índices seguem a tendência estadual e nacional, com a maioria das vítimas de homicídios pertencentes ao sexo masculino. Dos 147 registros de homicídios dolorosos entre jovens de 12 a 17 anos, 132 registros são de indivíduos do sexo masculino. No ano de 2023, foram contabilizados 14 homicídios, todos de adolescentes do sexo masculino, o que evidencia o elevado grau de risco enfrentado por esses jovens na região do Vale do Paraíba.

No que se refere ao recorte racial as taxas de letalidade incidem mais sobre brancos, isto é um dado intrigante, haja vista que historicamente os índices de violência atingem mais as populações pardas e pretas. Dos 147 registros de homicídios, 82 vítimas foram identificados como brancos, 58 vítimas identificadas como pardas e 7 vítimas identificadas como pretas.

De acordo com informação obtida junto a Polícia Civil do Estado de São Paulo, para identificação de uma vítima de homicídio os dados são extraídos da certidão do prontuário do RG (Registro Geral) documento preenchido pela própria pessoa, ou seja, se trata de autodeclaração racial. Em regra, e na medida do possível, para realizar a identificação de uma vítima os dados são extraídos de documentos oficiais.

Uma das variáveis explicativas a se destacar tem relação com a migração dos escravizados para os grandes centros urbanos e, com isso, deixando seus antigos postos de trabalhos para serem ocupados por europeus recém-chegados no país após o início da república, como parte de um projeto de branqueamento da nação, conforme Almeida e Marino (2019) , citam:

O branqueamento é uma das modalidades do racismo à brasileira. No pós-abolição este fenômeno era retratado como um processo irreversível no país. Pelas estimativas mais “confiáveis”, o tempo necessário para a extinção do negro em terra *brasilis* oscilava entre 50 a 200 anos. Essas previsões eram difundidas, inclusive, nos documentos oficiais do governo, como, por exemplo, no censo de 1920 (...). Este texto é uma prova cabal de que o governo era avalista do projeto de branqueamento. Salientamos, todavia, que o objetivo era menos o branqueamento genotípico e mais o “clareamento” fenotípico da população. (p. 5)

Isso sugere que, ainda que tenha ocorrido um clareamento da pele da população pobre, ela ainda segue vive a margem e sofrendo com as mazelas do abismo social e concentração de renda entre classes⁵. Neste sentido, Antonio Euzébios (2023) alerta:

Sem vínculos sólidos de representação e participação política, estes indivíduos tendem a se comportar de maneira fatalista: naturalizam a injustiça, uma vez que, isolados, não enxergam horizontes de transformação. Ou ainda: conseguem identificar elementos cotidianos e estruturais de injustiça social, mas não encontram ferramentas para superação, uma vez que muito pouco pode ser feito individualmente. A situação de violência e desigualdade social também pode desencadear medo, apatia ou um comportamento reativo, causando uma aproximação com grupos polarizados na sociedade de hoje. (p.50)

⁵ Cabe ressaltar que em Taubaté nasceu Monteiro Lobato e também sedia o museu em homenagem ao autor, além de um município na RMVPLN homenagear o escritor com o nome. Registros históricos sugerem que ele teria integrado a Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, formada por profissionais de ensino superior e outros intelectuais. Sendo considerado um movimento político, social e cultural, que pregava a superioridade da raça branca e o extermínio da raça negra (Correia, 2020).

Os autores usados enquanto referências buscaram estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática profissional. Sob a luz das perspectivas de Valenzuela e Mbembe, autores que conceituam Juvenicídio e Necropolítica, ou seja, podemos concluir que há extermínio endereçado a população jovem na RMVPLV. Os contextos espaciais de Cruzeiro, Lorena e Taubaté podem ser interpretados como perigosos para população jovem. Fazendo referência a Aldaíza Sposati, para quem a vulnerabilidade se traduz como condição de incapacidade do sujeito de resistir, por meio de seus próprios recursos, às formas de agressão sistemática contra a vida e riscos sociais como exposição ao crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social (2009, p. 32). Nesse sentido, a maior incidência de homicídios identifica que nestes três municípios se constituem territórios de violação do direito à vida, estruturando-se a partir do risco de sofrer homicídio, condicionado por fatores diversos, em especial, a raça, faixa de idade, o sexo e vivências na guerra dos que habitam naqueles contextos espaciais. Ao fazer a leitura dos conceitos destes autores no cenário da RMVPLN, devemos nos atentar para um enfoque, existe um elemento central na política de morte e esse elemento é a vulnerabilidade social e ausência de políticas públicas para juventude.

Considerações finais

A ameaça de sofrer homicídio não é uma condição que atinge a todos de maneira homogênea, tampouco se manifesta igualmente em relação a todo o território da RMVPLN, por este motivo a pesquisa em questão se faz necessária para analisar os dados de violência de modo regionalizado e deste modo identificar as variáveis explicativas, assim como identificar os territórios de maior vulnerabilidade no território supracitado.

Quanto as limitações metodológicas, destaca-se que não foi estudado se as dinâmicas de homicídios da população supracitada têm variações sazonais, de forma a pesquisar isoladamente se há maior índice de letalidade em algum período específico do ano e não foram estudados os casos de subnotificação onde não há dados da idade da vítima de homicídio e correlacionar se estes casos ocorrem algum município com mais frequência.

Os dados apresentados nesta pesquisa quantitativa sobre o índice de letalidade da população jovem na RMVPLN, devem ser debatidos e discutidos, sempre tendo como referência as condições de cada município, o que inclui considerar os recursos humanos e materiais disponíveis, a estrutura existente dos serviços e a prioridade dada à proteção social na política local, dentre outros fatores. Portanto, os dados explicitados nesta pesquisa devem ser lidos como estímulo para a ação, levando em conta dois parâmetros: por um lado, as normativas e diretrizes previstas nas políticas públicas para juventude e, por outro, as condições concretas de cada município, mas que a ausência de condições não seja usada como justificativa para não ter ação, mas sim como estímulo para se repensar em como incluir os municípios mais vulneráveis.

Para finalizar, a percepção empírica desenvolvida a partir do meu fazer profissional foi corroborada pelos dados obtidos na pesquisa, embora tais dados representem números alarmantes que revelam o quanto o Estado não cumpre a lei de proteção integral aos jovens em situação de vulnerabilidade, fator este que contribui para o envolvimento na *guerra*, não implicam em imobilismo. Ao contrário, apontam para a necessidade de aprofundamento do tema da pesquisa para compreender por que o Estado não cumpre a referida lei.

Referências

- Almeida, C. R., & Marino, A. S. (2019). Minority report da negritude: Um levantamento histórico sobre a exclusão social da população negra no Brasil. **Direitos Humanos & Emancipação, 2**, 11–24.
- Brasil. (2011, 18 de novembro). **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação**. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
- Correia, J. (2020). Monteiro Lobato, um pai eugenista. *Alma Preta*. <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/monteiro-lobato-um-pai-eugenista/>
- Euzébios Filho, A. (2023). **Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina**. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE. [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=N2\[3\]](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=N2[3])
- Martín-Baró, I. (2000a). Guerra y trauma en la niñez. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.), **Poder, ideología y violencia** (pp. 289–332). Madrid: Trota.
- Martín-Baró, I. (2000b). Guerra y salud mental. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.), **Poder, ideología y violencia** (pp. 333–374). Madrid: Trota.
- Mbembe, A. (2018). **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte** (R. Santini, Trad.). São Paulo: N-1 Edições.
- Sá, R. L. (2023). Metodologias arqueológicas para o pesquis-a-dor social. **Diálogos em Educação, 4**(2), 1–26.
- São Paulo. (2012, 9 de janeiro). **Lei Complementar nº 1.166: Cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e dá providências correlatas**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>
- São Paulo. (2024). **Ocorrências policiais registradas por mês: Dados estatísticos do Estado de São Paulo**. Departamento de Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica. <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados-mensais>
- Sposati, A. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes. In **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO.
- Valenzuela Arce, J. M. (2015). Ayotzinapa: Juvenicidio, necropolítica y precarización. In M. Moraña & J. M. Valenzuela (Orgs.), **Precariedades**. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana; Gedisa.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Silva, R.A. (2026). Juvenicidio no estado de São Pauo. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 11, n.1, 30 – 44. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137juvenicidio>

RECEBIDO EM: 21/09/2025
APROVADO EM: 03/11/2025

**DISCURSO DA SEGREGAÇÃO NA RELAÇÃO
COM A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137segregacao>

Thiago Sales Lima

tag.sales32@gmail.com

Teve sua experiência iniciada na Assistência Social no ano de 2017, depois compôs a equipe de Consultório na rua no ano de 2020, posteriormente integrou a equipe de CAPS AD no Centro de São Paulo. Todos os serviços voltados a população em situação de rua. Atualmente compõem A Secretária de Governo Municipal/Programa Redenção. É formado em Psicologia, com especialização em Psicanálise pelo Fórum Lacaniano de São Paulo, Especialista em saúde mental e Mestre em Psicologia Social pela PUC São Paulo- Núcleo de Psicanálise e Sociedade.

**O DISCURSO DA SEGREGAÇÃO NA RELAÇÃO COM A PESSOA EM
SITUAÇÃO DE RUA**

THE DISCOURSE OF SEGREGATION IN RELATION TO HOMELESS PERSON

**EL DISCURSO DE LA SEGREGACIÓN EN RELACIÓN CON LA PERSONA EN
SITUACIÓN DE CALLE**

Resumo

Este artigo investiga os efeitos psíquicos e subjetivos da segregação sobre a população em situação de rua, articulando a psicanálise lacaniana com a crítica social. Partindo do legado histórico da plantation e da lógica capitalista — que instituíram formas violentas de exclusão —, o estudo argumenta que a segregação opera para além da esfera socioeconômica, atuando primordialmente no registro simbólico e na linguagem. Esta população, majoritariamente negra e em idade produtiva, é colocada pelo Outro social em um lugar discursivo degradante, sendo assediada por significantes de desprezo, como "lixo" e "animal", que visam a sua desumanização. A tese central é que tal operação não constitui uma mera exclusão, mas uma forma perversa de inclusão no laço social: uma inclusão segregada, na qual o sujeito é fixado em uma posição de abjeção. A psicanálise oferece as ferramentas conceituais para decifrar a estrutura desse discurso segregacionista, entendido como um mecanismo fundamental do capitalismo, e seus impactos devastadores na vida anímica desses indivíduos. Metodologicamente, a pesquisa se baseia na experiência extensiva do autor em campo, tratando fragmentos discursivos como vinhetas clínicas que revelam a internalização do significante "lixo" e seus efeitos corrosivos sobre a subjetividade.

Palavras-chave: Segregação; População em situação de rua; Psicanálise; Política Pública; Discurso Capitalista.

Abstract

This article investigates the psychic and subjective effects of segregation on the homeless population, articulating Lacanian psychoanalysis with social critique. Grounded in the historical legacy of the plantation system and capitalist logic—which established violent forms of exclusion—the study argues that segregation operates beyond the socioeconomic sphere, functioning primarily in the symbolic register and through language. This population, predominantly Black and of productive age, is positioned by the social Other in a degrading discursive place, being targeted by signifiers of contempt such as "trash" and "animal," which aim at their dehumanization. The central thesis is that this operation does not constitute mere exclusion, but a perverse form of inclusion within the social bond: a segregated inclusion, in which the subject is fixed in a position of abjection. Psychoanalysis provides the conceptual tools to decipher the structure of this segregationist discourse, understood as a fundamental mechanism of capitalism, and its devastating impacts on the inner lives of these individuals. Methodologically, the research is based on the author's extensive field experience, treating discursive fragments as clinical vignettes that reveal the internalization of the signifier "trash" and its corrosive effects on subjectivity.

Keywords: Segregation; Homeless Population; Psychoanalysis; Public Policy; Capitalist Discourse.

Resumen

Este artículo investiga los efectos psíquicos y subjetivos de la segregación en las personas en situación de calle, articulando el psicoanálisis lacaniano con la crítica social. Partiendo del legado histórico del sistema de plantación y la lógica capitalista —que instituyeron formas violentas de exclusión—, el estudio sostiene que la segregación opera más allá de la esfera socioeconómica, actuando primordialmente en el registro simbólico y a través del lenguaje. Esta población, mayoritariamente negra y en edad productiva, es posicionada por el Otro social en un lugar discursivo degradante, siendo objeto de significantes de desprecio como "basura" y "animal", que buscan su deshumanización. La tesis central es que esta operación no constituye una mera exclusión, sino una forma perversa de inclusión en el vínculo social: una inclusión segregada, en la que el sujeto es fijado en una posición de abyección. El psicoanálisis proporciona las herramientas conceptuales para descifrar la estructura de este discurso segregacionista, entendido como un mecanismo fundamental del capitalismo, y su impacto devastador en la vida anímica de estos individuos. Metodológicamente, la investigación se basa en la extensa experiencia del autor en el campo, tratando fragmentos discursivos como viñetas clínicas que revelan la internalización del signifiante "basura" y sus efectos corrosivos en la subjetividad.

Palabras clave: Segregación; Población en Situación de Calle; Psicoanálisis; Política Pública; Discurso Capitalista.

Introdução

O fenômeno da população em situação de rua no Brasil constitui uma questão social complexa, estruturada por um longo legado histórico. A colonização e a economia capitalista no Brasil geram formas violentas de relação em múltiplos níveis (físico, moral, cultural, etc.).

Os dados ilustram a gravidade do problema: a pesquisa do OBPopRua/UFMG (2025) aponta 335.171 pessoas nessa condição no país, com um perfil majoritariamente negro (83%) e em idade economicamente ativa de 18 e 59 anos (87%), conforme Freitas (2021). Ressalta-se ainda a dificuldade em obter números precisos, o que sugere que a realidade pode ser ainda mais grave (Natalino, 2023). Especificamente em São Paulo, esse número chega a 80 mil (População, 2024). Conforme a política nacional (Brasil, 2009), esse grupo apresenta-se heterogêneo, marcado pela pobreza extrema, vínculos fragilizados e negação de direitos básicos.

O crescimento galopante dessa população tensiona as políticas públicas e impõe desafios complexos aos gestores e agentes de cuidado. A presente análise encontra embasamento na experiência prática e empírica por aproximadamente uma década por parte do autor que atuou em áreas como Assistência Social, Saúde e a nível de Gestão Pública- Secretária de Governo em São Paulo, todos voltados a pessoas em situação de rua. A extensa experiência referida deu condições de observar que o sofrimento dessa população é um reflexo direto de processos complexos de segregação.

Ao destacar a segregação, busca-se oferecer uma articulação, a nível da linguagem, ao fenômeno da marginalização e exclusão, considerando-a na estruturação do campo simbólico, conforme proposto pela Psicanálise orientada pela teoria lacaniana, com o intuito de oferecer uma leitura possível desse fenômeno.

O conceito de *segregação* origina-se do latim *grex* (gregário), referindo-se a um processo de separação dentro do próprio grupo (Fontenele, Souza & Lima, 2018). Os autores destacam que, enquanto o "gregário" pressupõe passividade e proteção coletiva, o *segregado* é aquele excluído desse rebanho, sendo abandonado e posicionado à margem social, o que o transforma em potencial ameaça. Lacan (1969-1970/1992) associa a origem da fraternidade humana à própria segregação, como observado no assassinato do pai da horda em *Totem e Tabu*.

Neste sentido, a análise buscará evidenciar esse jogo social da segregação nas pessoas em situação de rua, partindo de conceitos da Psicanálise para avaliar o que tange a estrutura do discurso.

Método

Este artigo propõe investigar os elementos que estruturam a posição subjetiva ocupada pelas pessoas em situação de rua no laço social e no discurso. O foco está em analisar como o *Outro*, enquanto referencial simbólico, lhes atribui significantes que os marcam nessa posição, estabelecendo a partir daí uma relação que articula a compreensão psicanalítica de lugar simbólico com a experiência concreta da rua.

Partindo da experiência do autor no campo de atuação e atendimento a pessoas em situação de rua por aproximadamente dez anos, recorrentemente emergia materiais verbais identificando a população com o lixo, neste sentido o presente artigo realizará recortes discursivos como vinheta clínica para avaliar o discurso e as implicações em jogo no que tange a estrutura do sujeito.

Avaliar o discurso do Outro implica no que Lacan conceitua como *A-utre*, sendo ele o lugar simbólico discursivo que apalavra o sujeito e designa um lugar de significação. Essa relação produz um lugar simbólico que o sujeito do inconsciente fará sua sincronia, ou seja, disporá desses significantes em uma relação identificatória constituindo o seu ser-no-mundo (Sauret, 2023).

Estamos de acordo com Sauret (2023) que nos orienta que é nesse contexto que Lacan se esforça para formalizar o discurso analítico, para produzir a lógica operante, para produzir os matemas suscetíveis de indexar o real em jogo, despojando-o das aderências imaginárias das quais as significações são portadoras. Esse posicionamento epistemológico de Lacan representa uma virada fundamental para nossa metodologia, pois evidencia a possibilidade de uma aproximação ao real que escapa às significações cristalizadas e aos sentidos previamente estabelecidos, colocando a relação do sujeito com o significante em evidência para a decifração do analista.

A partir disso o presente artigo apresentará materiais discursivos coletados como representação desse discurso do Outro segregador e fará a análise a partir da epistemologia psicanalítica evidenciando essa relação entre sujeito e Outro e seus efeitos.

Desenvolvimento

Para abranger uma compreensão inicial do fenômeno, toma-se como exemplo uma entrevista concedida à Folha de São Paulo em 2010, na qual uma representante da associação de moradores do bairro de Higienópolis posicionava-se contra a instalação do metrô naquela região – a tentativa de impedimento mencionava a entrada de “pessoas diferenciadas” como justificativa primordial (Moradores, 2011. p. 01).

Permite-se uma codificação razoável nessa declaração e, em seu inverso, uma decifração simples. A saber, que tais pessoas, não pertencentes à sua classe e estatuto social, configuram-se como um incômodo. Demarca-se também um zoneamento no dimensionamento físico e simbólico que separa os eleitos dos subalternos – ou seja, duas posições.

Nessa dialética, encontra-se a compreensão da Psicologia Social, segundo Sawaia (2001) em *As artimanhas da exclusão*, pela qual o excluído está inserido no jogo social de algum modo, a partir de uma inclusão denominada pela autora como perversa⁶. Essa perspectiva convida a superar visões simplistas que concebem a exclusão social como mera ausência ou apartamento total das dinâmicas sociais. Ao contrário, o que se observa é um processo complexo no qual os sujeitos aparentemente "excluídos" encontram-se, paradoxalmente, incluídos em uma posição social precarizada e desumanizadora, sendo, portanto, participantes a partir de um lugar. Não se trata de estar fora da sociedade, mas de uma inserção marginalizada e, frequentemente, sub-humanizada.

⁶ O conceito utilizado pela autora se baseia em uma aproximação com o reconhecimento Perverso de A. Honneth e não é homólogo a compreensão da estrutura clínica Perversa proposta pela Psicanálise.

Alvarez, Alvarenga e Ferrara (2004) discorrem que São Paulo é cercada por muros que dividem a sociedade. Os autores apontam as diferenças entre o segmento social dos integrados, com melhores, mais justas e corretas relações sociais, nomeadas por cidadania, e o segmento social dos excluídos, com direito à exclusão integrativa, vil inserção marginal às sobras do banquete dos eleitos da cidade cindida.

Entretanto, faz-se necessária uma distinção em relação à categoria proposta pelos autores quando se pensa especificamente na pessoa em situação de rua. Embora esteja inserida nessa conceituação generalizada, precisa ser distinguida (enquanto categoria de análise) do proletariado. O próprio Marx (1867/2013) identificou uma franja social com maior vulnerabilidade, nomeando-a como *lumpemproletariado* – categoria que incluía prostitutas e mendigos a margem do próprio proletário. Portanto, essa classe (categoria) aviltada não pode ser localizada nas sobras do banquete que estão postas na mesa, uma vez que sequer chegam a ela; seu lugar possível encontra-se do lado de fora, sobrevivendo dos restos. Parafraseando o romancista Albert Camus (1947/2009), são tratados como "bichos ratos". E sua sobrevivência dá-se no lixo.

Para verificar essa constatação, toma-se como referência um representante *máximo* e simbólico do discurso social, como o então prefeito da cidade de São Paulo no mandato de 2017 a 2021, em coletiva de imprensa, João Dória proferiu a seguinte declaração:

Qualquer parte da cidade, qualquer área onde vocês olham, a cidade é um lixo. É um lixo vivo. Parece um filme escabroso. É inacreditável, são 16 mil pessoas nas ruas. Eram 6 mil no início dessa gestão. Eram 400 consumidores de crack na Cracolândia, agora são 3 mil. Tinha uma Cracolândia, agora tem seis na cidade. E expandindo, a cada semana vai surgindo uma barraquinha, e por aí vai (Domingos, 2016).

Curiosa, ou nem tanto, constata-se essa associação da população em situação de rua com o lixo. Sawaia (2001) oferece subsídios importantes para avaliar essa relação ao afirmar que “a lógica dialética explicita a reversibilidade da relação entre subjetividade e legitimação social e revela as filigranas do processo que liga o excluído ao resto (lixo) da sociedade no processo de manutenção da ordem social” (p. 8).

Pode-se observar, portanto, a atribuição que adjetiva quem está em situação social crítica como lixo. É a partir desse significante – lixo – que as posições simbólicas são estabelecidas; a palavra, em um só tempo, estabelece dois lugares: o do Outro como instância que designa um lugar simbólico, e o do sujeito em situação de rua como resto-social.

No fio dessa análise, observa-se uma sutileza que deve ser sublinhada: na dimensão da linguagem, a pessoa marginalizada socialmente encontra-se incluída no laço social, relegada a um determinado significante que orienta seu modo de enlace social com o Outro, conforme demonstrado. Lacan (1954-1955/2010) conceitua que o Outro (A – Autre) diferencia-se do semelhante, constituindo-se como o referencial simbólico estabelecido na cultura. O sujeito mantém uma relação constante com o Outro, em um circuito no qual recebe sua significação.

O discurso do inconsciente, estruturado como uma linguagem, opera por meio da metáfora e da metonímia. A metonímia, enquanto mecanismo de deslocamento, toma a parte pelo todo. O significante lixo realiza um deslizamento entre: parte da cidade = área = cidade = vivo = filme escabroso = pessoas na rua. O lixo são as pessoas, declaração que configuraria um suicídio político, justificando seu disfarce e seu desejo de enunciar tal conteúdo. "A cidade está um lixo" estabelece um lugar, um espaço simbólico; desliza em deslocamento, transformando-se em um *lixo vivo*: o lugar-lixo passa a nomear uma personificação, qualificando em nível ôntico ao empregar os termos *ser* e *vivo* – embora lixo não seja nem possua vida. Trata-se de uma significação atributiva do Outro direcionada àqueles em situação de rua, observando-se que não é o lugar que substantiva o sujeito como lixo, mas a significação substantivada atribuída a essa população como lixo que adjetiva o local concreto. Paradoxalmente, o desqualificado qualifica, e só o faz por ter sido previamente adjetivado na significação do Outro como desqualificado.

A questão não para aí. Pode-se obter mais fragmentos discursivos para observar essa lógica e estrutura, vejam outro fragmento aproximando as pessoas em situação de rua a *bichos* e operando certo efeito de destituição de sua humanidade:

O composto anunciado por Doria é feito com base em alimentos que não teriam mais condições de serem vendidos e passou a ser chamado de "ração humana" e "granulado" nas redes sociais. "Aqui você tem alimentos que seriam jogados no lixo e que são reaproveitados, com toda a segurança alimentar. São liofilizados [desidratados a baixa temperatura para conservação] e transformados em um alimento completo: em proteínas, vitaminas e sais minerais. A partir do mês de outubro, começa a sua distribuição gradual, por várias entidades do terceiro setor. Igrejas, templos, a sociedade civil organizada, além da Prefeitura de São Paulo, para oferecer às pessoas que têm fome", disse o prefeito (Proposta, 2017).

A ração fabricada está sobrepondo seu verdadeiro significado, tem a função de velar a oferta para comer o que é resto – lixo. Trata-se de uma metáfora, a ração está como S² que sobrepõe o significante S¹⁷ lixo. Novamente, há uma operação do disfarce, jamais poderia ser dito *vamos oferecer lixo para os mendigos da cidade*.

Para fazê-lo, sobrepõe-se ração por *goumertização* na tentativa de velar seu S¹. A goumertização é um semblante cínico que tenta velar seu verdadeiro desejo de desprezo, significando o sujeito da rua a uma posição de animal.

Poder-se-ia reunir diversos exemplos como esses e tecer uma coletânea discursiva que evidenciaria o Outro segregador, o sujeito em situação de rua em posição aviltada no laço social. A demonstração já oferece elementos suficientes da vacilação discursiva operacionalizada pelo Outro segregador em direção à população em situação de rua.

O que está por traz dessa estratégia de segregação operada pela linguagem? Ao abordar o fenômeno nessa perspectiva da linguagem, é inevitável tratar a questão do capitalismo e suas formas de fazer laço. Retomamos Lacan (1974/1993) que, em *Televisão*, desenvolve uma crítica ao mal-estar na Modernidade, identificando-o como produto direto do que ele conceituou como discurso capitalista.

Para Lacan, o discurso não trata meramente do que está enunciado; no seminário 17, *O avesso da psicanálise*, ele pôde demonstrar os elementos trans-histórico e estruturais que realizam um ordenamento do laço social ao aparelhar o modo de gozo de uma sociedade (Lacan, 1969-1970/1992).

Pacheco Filho (2023) aponta que tal discurso é uma variação particular e histórica do discurso do mestre, que, por excelência, é trans-histórico na humanidade e se direciona para a universalização de sua verdade e para o saber absoluto. Na particularização histórica, o saber subordina-se ao capital, que se torna a força motriz da organização social e econômica. Assim, o sujeito é centralizado no lugar do capital, reduzido a um agente impulsionado pela lógica de produzir e consumir em busca do gozo e da acumulação. A relação com o Outro (referencial simbólico) também é mediada por esse discurso, que o interpela como alguém igualmente submetido ao imperativo de produção e consumo/produto. O sujeito é transformado em consumidor e produtor, condicionado pelo imperativo de gozo e pela dinâmica da acumulação.

⁷ Conforme a teoria lacaniana o significante puro não significa nada em si, está em relação a outro significante. Deste modo ao enumerá-los indica uma relação sucessória.

É sobre essa fenda que se localiza a relação do sujeito na condição de rua, um subproduto do capitalismo e seu discurso. O sujeito em situação de rua configura-se como subproduto desmoronado das contingências sociais frente ao discurso capitalista.

Em sua localização histórica, o sujeito moderno, sem ter a quem recorrer, vê-se em uma condição de responder sintomaticamente, pois é desse desamparo que a sociedade moderna nada quer saber. Êtimo, esse estranho íntimo que condiciona a pobreza, evoca um circuito de afetos-sintoma capaz de reordenar o simbólico diante do horror do desavoramento social, encarnado por esse Unheimlich-andarilho da cidade moderna (Sena, 2023, p. 160).

Ver o sujeito relegado à situação de rua, seu corpo, seu abandono e, portanto, seu desamparo, afeta profundamente, não no sentido da compaixão, mas no sentido do desmoronamento de um véu. Fanon (1961/2022) já havia sinalizado a importância de considerar que o senhor é também sujeito. A relação aqui inverte-se: o sujeito em situação de rua ocupa a posição do Outro, ou seja, o Outro como instância de regulação e reconhecimento. O que se reconhece aí é a falta estrutural inerente a todo sujeito falante. Como aponta Lacan (1953/1998), o inconsciente é o discurso do Outro.

Ao encarar a falha estrutural, que não conhece a dimensão temporal de afetos como o medo e a esperança, cai-se em um espaço-tempo indeterminado, cuja experiência mais se aproxima do Unheimlich, da estranheza familiar, desconhecida e reconhecida, cujos vetores apontam justamente para esse angustiante desamparo (Sena, 2023, p. 158).

A subjetividade do sujeito na rua, em sua relação com o Outro, estabelece uma dinâmica que faz emergir a falta e, portanto, o Real. “Por sua incidência ser anterior à do recalque, essa serviria de sinal, alertando onde o impossível do real estaria por advir. Então, se não o recalque, qual seria a causa dessa angústia? Ao que Soler responde: o desamparo” (Sena, 2023, p. 158). Soler (2022), em Os afetos lacanianos, começa sua exposição recuperando Freud (1926/2014) em Inibição, sintoma e angústia e apontando para a angústia como o afeto primordial expresso pelo encontro com o Real.

Nesse sentido, operam-se uma dupla negação: não apenas essa população encontra-se excluída/incluída perversamente dos espaços e direitos, mas sua própria existência é sistematicamente rechaçada no imaginário social – ou seja, segregada de modo sistemático para que não elida a angústia.

Suplanta-se essa existência pela possibilidade do desprezo, como mecanismo que opera o recalque, constituindo justamente o que media o laço social entre o Outro segregador e o sujeito segregado. Evidencia-se, portanto, um paradoxo que revela os mecanismos mais sutis em um salto qualitativo e lógico em relação aos meios puramente físicos, econômicos e de direitos, sem negar sua existência.

Vale observar que o paradigma do neurótico, em sua particularização, apresenta a característica de não querer ver a falta no Outro (S de A barrado) e, por isso, aliena-se ao Outro em busca de sua significação. Porém, a pessoa em situação de rua desmorona esse circuito e estampa a falta de maneira evidente; configura-se como um “castrado a céu aberto” nas ruas da cidade, o que gera a necessidade de recalculá-lo a todo custo. Pode-se observar essa dinâmica nas mais variadas ações direcionadas à pessoa em situação de rua. Ao ser anunciada a instalação de um equipamento social, verificam-se, como já ocorreu diversas vezes, veementes oposições por meio de protestos organizados por grupos de moradores, mesmo em bairros de renda média e baixa.

O cerne de sua discussão demonstra que é a partir do desamparo estrutural que se monta uma organização social; a partir de uma falta estrutural, revestida por um afeto duplamente condicionado, tanto estrutural quanto socialmente, aponta-se para uma inscrição em uma dinâmica discursiva, essa terminantemente imersa em um ambiente social que se oferece como solução a uma questão estrutural (Sena, 2023, p. 158). Não é por acaso que há lugares como a Cracolândia, lugares simbólicos estabelecidos pelo discurso que tenta isolar o sujeito da rua e negar a emergência do Real da falta.

Sinteticamente, podem-se elencar mecanismos primordiais que intermedeiam o laço social: o desprezo – significante que dejetifica e posiciona o sujeito nesse lugar simbólico aviltado, relegado ao lixo da cidade – e a angústia – afeto que não engana e que se tenta rechaçar mediante a eliminação do objeto que o elicia. Opera-se estrategicamente a dejetificação, o que possibilita ao *defecador* suprimir a dimensão da alteridade, relacionando-se em seu imaginário com um ente desumanizado.

Conclusão

O artigo apresenta brevemente a relação social concreta e não se deixa incorrer em equívoco: o simbólico é concreto e tem materialidade. Lacan (1964-1965/1987), em Problemas essenciais para psicanálise, afirmava que a materialidade da psicanálise reside no significante e na pulsão.

A materialização desse fenômeno, representada na oposição à instalação do metrô e no discurso do ex-prefeito, configura e explicita uma dialética de exclusão e inclusão perversa no âmbito da cidadania e dos direitos civis, desdobrando-se nas relações sociais concretas com um certo direcionamento ao sujeito do direito e tudo o que isso implica. A psicanálise não pretende nem nunca pretendeu negar sua importância; acrescenta a perspectiva do sujeito do inconsciente com todas as implicações que isso tem no laço social. Lacan (1955/1988), no texto O seminário sobre a carta roubada, demonstra como o inconsciente é estruturado como linguagem e o significante determina posições. Para Lacan, a linguagem, nessa perspectiva, não é mero instrumento comunicativo, mas dispositivo ativo que localiza o outro em uma determinada posição no campo do simbólico.

Ao considerar o papel da linguagem, identifica-se seu uso como mecanismo e meio de delimitação do pertencimento simbólico que, em um único ato, diferencia aquele que não é semelhante – ou seja, estabelece uma dupla posição. Concorde-se com Lacan (1958/1998) ao propor em seu ensino que a doutrina do significante para a psicanálise reside na supremacia e autonomia deste em relação ao significado; portanto, o significante puro – esvaziado de significação – determina as posições subjetivas no laço social.

Portanto, o que se apresenta como aparente contradição configura-se, na verdade, como uma questão paradoxal, ou seja, o marginalizado faz-se presente no discurso social justamente a partir de sua posição aviltada e é reconhecido a partir dela. A linguagem, assim, tem sua dimensão comunicativa e seu mecanismo de poder definidor que reforça as divisões. Cria-se um mal-estar e ele manifesta-se na vida anímica daqueles posicionados nessa marginalidade. Desse modo, afeta não somente a dimensão dos recursos – a operação simbólica está posta e atinge profundamente a constituição subjetiva, sendo necessário considerar o sujeito como proposto pela psicanálise na orientação das intervenções, principalmente no que tange às Políticas Públicas.

Referências

- Alvarez, A. M. S.; Alvarenga, A. T.; Ferrara, N. F. (2004). O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, n. 16, p. 47-56.
- Brasil. Presidência da República. (2009). Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Recuperado em 19 de fevereiro, 2025, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
- Camus, A. (2009). *A peste*. Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1947)
- Dias, A. L. F. (Org.). (2021). Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil: relatório técnico-científico. Belo Horizonte: Marginália Comunicação.
- Domingos, R. (2016, 5 de dezembro). Doria transfere Virada Cultural para Interlagos e diz que SP é um 'lixo vivo'. G1. Recuperado em 25 de fevereiro, 2025, de <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-transfere-virada-cultural-para-interlagos-e-diz-que-sp-e-um-lixo-vivo.ghtml>
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1961)
- Fontenele, T. C. B.; Souza, L. B.; Lima, M. C. P. (2018). A segregação em Lacan cinquenta anos depois. *Psic. Clin.*, vol. 30, n. 3, p. 493-505.
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 17). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Lacan, J. (1992). O avesso da psicanálise. O seminário, livro 17. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1969-1970)
- Lacan, J. (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v. 1. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867)
- Moradores de Higienópolis negam elitismo no caso do Metrô. (2011, 12 de maio). *Exame*. Recuperado em 16 de abril, 2024, de <https://exame.com/brasil/moradores-de-higienopolis-negam-elitismo-em-oposicao-ao-metro/>
- Natalino, M. (2023). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)* (Nota técnica n. 103). Brasília: Ipea. Recuperado em 30 de setembro, 2024, de https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf
- Pacheco Filho, R. A. (2023). O psicanalista, o capitalismo e a segregação na estrutura, na história e no ordenamento discursivo dos gozos. *Stylus Revista de Psicanálise*, n. 46, p. 73-92.
- População em situação de rua na cidade de SP sobe 24% em seis meses e chega a 80 mil, diz estudo. (2024). G1. Recuperado em 4 de fevereiro, 2025, de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/12/populacao-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sp-sobe-24percent-em-seis-meses-e-chega-a-80-mil-diz-estudo.ghtml>
- Proposta de Doria para alimentar população de rua. (2017, 16 de outubro). *Bol.* Recuperado em 28 de maio, 2024, de <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2017/10/16/proposta-de-doria-racao-humana-e-condenada-pelo-conselho-regional-de-nutricao.htm?cmpid=copiaecola>
- Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (p. 7-13). Petrópolis: Vozes.
- Sena, N. (2023). "Todos em farrapos": o circuito sintomático produzido pela segregação social na modernidade. *Stylus Revista de Psicanálise*, n. 46, p. 151-163.
- Soler, C. (2012). *Lacan, o inconsciente reinventado*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Lima, T. S. (2025). O discurso da segregação na relação com a pessoa em situação de rua. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 11, n.1, 45-58. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137segregacao>

RECEBIDO EM: 29/09/2025
APROVADO EM: 16/10/2025



**DIÁLOGO ENTRE PERDAS E ENCONTROS:
A clínica winnicottiana e o atravessamento de
raça, classe e gênero no caso de Yara**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137dialogo>

Rita Isabel Pereira Alves
psi.ritaisabel@gmail.com

Psicóloga clínica e educacional, orientada pela psicanálise winnicottiana e professora universitária. Atua na interface entre psicanálise winnicottiana e estudos sobre relações raciais, com enfoque antirracista na clínica e na educação.

Introdução

Apresentado como relatório final de estágio em Prática Supervisionada em Atendimento Clínico (Metodologia Híbrida - Abordagem Winnicottiana), este relato de caso descreve o percurso terapêutico de Yara, mulher negra, de 28 anos, estudante de Gerontologia, no segundo semestre de 2022. O atendimento foi motivado pela queixa de ansiedade e receio de recaída em um quadro depressivo, intensificados pela mudança para São Paulo. O processo psicoterapêutico de quatorze sessões, em um contexto de transição e reestruturação da vida da paciente, revelou a necessidade de um olhar clínico que articulasse a abordagem winnicottiana da terapeuta à uma perspectiva interseccional, capaz de considerar as vivências de raça, classe e gênero como estruturantes da subjetividade.

Histórico Clínico e Trajetória de Vida

Yara, nascida no interior da Bahia, é a filha mais velha de uma mulher negra, que engravidou aos 17 anos, e de um pai branco. A mãe, que vivenciou uma gestação conturbada, faleceu de embolia pulmonar aos 32 anos. Aos 15 anos, Yara se viu pressionada a assumir o cuidado das três irmãs mais novas, negligenciando seu próprio luto e as vivências de sua adolescência. A ausência e a violência do pai, além do tratamento humilhante que este dirigia à mãe, deixaram profundas mágoas.

Sua história é marcada por um esforço contínuo para garantir o próprio sustento e educação, culminando na aprovação para o curso de Gerontologia na Universidade de São Paulo (USP), no campus da capital. Para Yara, estar sem parceiro amoroso era impensável. Manteve envolvimento afetivos com dois parceiros, alternadamente. Cada um deles oferecia formas distintas de segurança emocional: com um, encontrava atenção; com o outro, confiança. Essa dinâmica resultava em um padrão de término e retorno constante, ora estava com um, ora estava com outro. Movimento que se manteve por um período prolongado até o início do processo terapêutico.

Descrição e Análise do Processo Terapêutico

Yara iniciou a psicoterapia fragilizada pela distância de sua família e terra natal. O vínculo seguro com a estagiária/psicoterapeuta permitiu que ela, gradualmente, adentrasse em sua história. A ausência de um "ambiente suficientemente bom" no início de sua vida, apresentou-se tanto em manifestações de ansiedade quanto no sentimento de perseguição relacionado ao nascimento (WINNICOTT, 2021). A morte da mãe, a privação de um ambiente de amparo e a ausência de um pai que exercesse sua função de sustentação da família são aspectos centrais para compreender as lacunas em sua estruturação psíquica e as dificuldades em estabelecer relações afetivas saudáveis.

A perda de uma bolsa de estudos em um novo contexto de vida gerou uma crise que forçou Yara a confrontar sua dificuldade em pedir ajuda, particularmente ao pai. A superação dessa resistência, e o subsequente amparo recebido, representaram um momento de resignificação da figura paterna e o início de uma reestruturação de sua percepção sobre ser ajudada.

O processo de tomada de consciência de sua identidade racial emergiu expressivamente quando mudou-se para São Paulo, cidade que a confrontou com sua negritude de forma mais explícita. O texto de Souza (2021) é fundamental para entender que a identidade negra não se organiza apenas pela cor da pele, mas por uma história compartilhada de desenraizamento e discriminação. Ao reconhecer-se como mulher negra, Yara pôde nomear o racismo como a causa do tratamento humilhante de seu pai à sua mãe, percebendo-se como a filha com traços mais negróides e com a "herança" simbólica desse sofrimento. A psicoterapeuta, a fim de manejar o conteúdo que emergia das sessões, realizou uma busca por referências em autores negros, como Fanon (2020), que permitiu que a paciente resignificasse o sofrimento racial, compreendendo-o como violência externa, e não como uma falha interna.

O desenvolvimento do vínculo terapêutico proporcionou à Yara um espaço suficientemente seguro para explorar suas experiências afetivas e vivências de perda. A clínica winnicottiana, ao priorizar a criação de um ambiente emocionalmente confiável, permitiu que ela externalizasse conflitos internos e experimentasse novas formas de relacionar-se consigo mesma e com os outros. Esse espaço terapêutico também possibilitou que emergissem reflexões sobre as estruturas sociais e raciais que atravessam sua vida. Fatores como raça, classe e gênero, ficaram evidenciados como impactantes diretos na construção de sua subjetividade.

A aceleração do novo relacionamento de Yara, com o pedido de casamento, foi trabalhada na clínica como um impulso que remetia às suas fantasias de estabilidade e maternidade. A reflexão terapêutica permitiu a ela perceber a importância de amadurecer a decisão e priorizar seus projetos de estudo e carreira, como Gerontologia e Obstetrícia, antes de se comprometer com um projeto conjugal.

Ao acessar esses conteúdos no ambiente terapêutico seguro, Yara pôde integrar experiências de luto, vínculos afetivos instáveis e vivências de discriminação racial, compreendendo-as não apenas como questões individuais, mas como efeitos de relações sociais e históricas mais amplas. Essa articulação entre clínica e consciência racial e social revelou-se fundamental para a construção de estratégias de regulação afetiva e fortalecimento do ego, preparando-a para decisões mais maduras e conscientes em sua vida pessoal e afetiva.

Considerações Finais

O atendimento de Yara evidenciou a importância de uma clínica que, inspirada em Winnicott, utiliza o ambiente seguro para acessar o mundo interno, mas que, ao mesmo tempo, amplia sua compreensão para as condições sociais, políticas, de raça, classe e gênero que atravessam a subjetividade. O luto pela mãe, a busca por um ambiente suficientemente bom, a reestruturação da figura paterna e o processo de conscientização racial são temas interligados na jornada de Yara. O processo de psicoterapia, portanto, não apenas acolheu sua ansiedade e angústia, mas a auxiliou a fortalecer o ego para desenvolver uma atitude mais consciente e insurgente diante das violências externas. Um movimento fundamental para sua integração e saúde psíquica.

Referências

- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ed. UFBA.
Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.
Winnicott, D. W. (2021). *Tudo começa em casa*. Ubu Editora.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Alves, R.I.P. (2025). Diálogos entre perdas e encontros: a clínica winnicottiana e o atravessamento de raça, classe e gênero. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 11, n.1, 59-64. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137dialogo>

RECEBIDO EM: 10/10/2025
APROVADO EM: 06/11/2025

SUÍCIDIO E A HUMANIZAÇÃO NA ODONTOLOGIA

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137suicidio>



Camila Melo Sousa de Almeida
dracamilamello@gmail.com

Graduada em Odontologia pela Universidade de Guarulhos, Especialista em Ortodontia pela Universidade de Guarulhos. Aperfeiçoamento profissional em Prótese Fixa Convencional e Metal Free pela Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD), em São Paulo. Curso livre de Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde pelo Sírio Libanês. Perita Judicial em Odontologia pela Ulbricht Assessoria e treinamentos. Atualmente, cursa especialização em Odontologia Legal pela Associação Brasileira de Odontologia (ABO), em São Paulo. Atua em consultório particular odontológico no bairro dos Pimentas, região periférica da cidade de Guarulhos, São Paulo.

SUÍCIDIO E A HUMANIZAÇÃO NA ODONTOLOGIA

SUICIDE AND HUMANIZATION IN DENTISTRY

SUICIDIO Y HUMANIZACIÓN EN ODONTOLOGÍA

Quantas vezes você já ouvir falar de alguém que já pensou em tirar a própria vida e como ela se sente com esses pensamentos? O suicídio não é algo exclusivo da atualidade, como parte das pessoas pensam. Ele remonta desde muito tempo, acompanhando nossa história enquanto seres humanos. Na Grécia antiga, por exemplo, mas especificamente 435 a.C, há um dos primeiros registros sobre a temática, no qual o filósofo, poeta e médico Empédocles, que se autoatribuía poderes mágicos, como ressuscitar os mortos e controlar o vento e a chuva, teria se suicidado como uma forma de provar que era um Deus imortal. (Sheldon,2017). Nessa perspectiva, a vida era um presente dado pelos Deuses, mostrado que quem cometia o ato de se suicidar traria uma rebelião.

Já na idade média, a igreja excomungava quem tentava o suicídio enterrando seus corpos fora do cemitério consagrado (Seabourne & Seabourne, 2020). Com o renascimento veio a mudança de pensamento. Thomas More, humanista inglês que escreveu Utopia no ano de 1516, dizia que uma pessoa afligida por uma doença pode se livrar desta vida amarga já que a morte por fim não ao prazer, mas a tortura sendo uma ação piedosa e santa (Cholbi,2021). Com o passar do tempo, o suicídio parou de ser visto como pecado, em vez disso, como consequência de insanidade (Maris et al, 2000).

Atualmente, e no cenário brasileiro, a taxa de suicídio entre jovens cresceu 6 % ao ano, entre os anos de 2011 a 2022 (Sebastião,2024). Diante desse cenário, qual o compromisso ético do cirurgião dentista com a temática do suicídio? Como podemos proceder na anamnese odontológica considerando também aspectos emocionais? Sim, existe algo a ser feito, dentre eles, diminuir a limitação do olhar a si próprio, não focando unicamente no retorno financeiro, e exercer a capacidade de escuta do paciente, de sua queixa, e na elaboração de uma anamnese direcionada.

A anamnese odontológica, apresenta uma espécie de padrão para os consultórios, como mostrado na Figura 1:

FICHA DE ANAMNESE

Queixa Principal e Evolução da Doença Atual _____

QUESTIONÁRIO DE SAÚDE

Sofre de alguma doença: () Sim () Não - Qual(is) _____
 Está em tratamento médico atualmente? () Sim () Não. Gravidez: Sim () Não ()
 Está fazendo uso de alguma Medicação? () Sim () Não - Qual(is) _____

Nome do Médico Assistente/telefone: _____
 Teve alergia? () Sim () Não -Qual(is) _____
 Já foi operado? () Sim () Não -Qual(is) _____
 Teve problemas com a cicatrização? Sim () Não ()
 Teve problemas com a anestesia? Sim () Não ()
 Teve problemas de Hemorragia? Sim () Não ()
 Sofre de alguma das seguintes doenças?
 Febre Reumática: Sim () Não (); Problemas Cardíacos: Sim () Não ()
 Problemas Renais: Sim () Não (); Problemas Gástricos: Sim () Não ()
 Problemas Respiratórios: Sim () Não (); Problemas Alérgicos: Sim () Não ()
 Problemas Articulares ou Reumatismo: Sim () Não (); Diabetes: Sim () Não ()
 Hipertensão Arterial: Sim () Não ();
 Antecedentes Familiares: _____

Outras observações importantes: _____

Declaro que as informações acima prestadas são totalmente verdadeiras.

Local, Data Assinatura do Paciente ou seu Responsável Legal

Fonte: Conselho federal de odontologia de São Paulo, 2009

No entanto, minha prática profissional ao longo dos anos me fez questionar se essa anamnese era o suficiente. Cheguei à conclusão que esse instrumental deveria proporcionar um olhar humanizado para a saúde mental, contemplando integralmente a escuta das demandas trazidas pelo paciente. Isso me ocorreu frente ao aumento na procura por meus serviços de pacientes com transtorno de ansiedade generalizado, depressão, esquizofrenia, e com eles, relatos de automutilações com tentativas de suicídio. Essas doenças se tornaram visíveis na escuta convencional do atendimento odontológico. Entendo que as pessoas buscam melhorar a autoestima a partir do sorriso, nesse sentido, por que não tornar o tratamento dental mais humanizado?

Assim, incluí na anamnese odontológica as seguintes perguntas:

- ✓ Já apresentou algum problema Neurológicos: Sim () Não () Se sim, qual o nome do médico assistente/telefone
- ✓ Já teve ou está com Depressão? Sim () Não (), Se sim, qual o nome do médico assistente/telefone
- ✓ Já apresentou ou apresenta Transtorno de Ansiedade generalizada? Sim () Não (), Se sim, qual o nome do médico assistente/telefone
- ✓ Faz algum acompanhamento psicológico ou psiquiátrico: Sim () Não (), Se sim, qual o nome do médico assistente/telefone
- ✓ Apresenta TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade)? Sim () Não (), Se sim, qual o nome do médico assistente/telefone
- ✓ Apresenta TEA (Transtorno do Espectro Autista)? Sim () Não (), Se sim, qual o nome do médico assistente/telefone

Com essas perguntas, podemos abrir um leque de encaminhamentos ao paciente que busca melhorar sua autoestima pelos cuidados de sua boca. Diante de um relato de dor emocional oportunizado pela anamnese mais humanizada, o profissional da odontologia pode orientar o mesmo a procurar um Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), explicando que são lugares onde oferecem serviços de saúde mental em regime de portas abertas à comunidade que tem uma equipe diversificada que trabalha em conjunto para atender às necessidades de saúde mental, incluindo pessoas que enfrentam desafios decorrentes do uso abusivo ou problemático de álcool e outras drogas. No caso de situações mais urgentes, como autolesão, ideação ou tentativa de suicídio, o encaminhamento é para o pronto socorro, indicando que há um serviço de psiquiatria que poderá acolher o paciente nesses casos. Outro local é o Centro de Valorização da Vida (CVV), associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que presta serviço voluntário, sigiloso e gratuito de apoio emocional, com atendimento presencial, via chat e, principalmente pelo telefone 188, com chamada gratuita e anônima. Esse serviço, dentre outros, estão disponíveis na região e são especialmente focados em atender situações difíceis, incluindo ideação suicida.

Sendo assim, acreditamos que o uso de uma anamnese odontológica mais completa, que englobe aspectos emocionais, pode ser importante para a compreensão integral do paciente e, portanto, a tomada de ações e encaminhamentos adequados e necessários a cada caso

Referências

- Cholbi, M. (2021) Suicídio. *A Enciclopédia de Filosofia de Stanford* (edição de inverno 2021) recuperado de <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/suicide/>.
- Maris, R. W., Berman, A. L., & Silverman, M. M. (2000). *Comprehensive textbook of suicidology*. Guilford Press, p.540. [ISBN978-1-57230-541-0](#)
- [Seabourne, G. & Seabourne, A. \(2000\) The law on suicide in medieval England. *Journal of Legal History*. 21,1: 21-48.](#)
- Sebastião, M. (2024) *Estudo aponta que taxas de suicídio e autolesões aumentam no Brasil*. Recuperado de <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>
- Sheldon, N. (2017) *Troubled Historical Figures Who Committed*
<http://suicide.historycollection.com/suicide-club-10-historical-figures-ended-lives/>

COMO CITAR ESSE TEXTO

Almeida, C.M.S. (2025). Suicídio e a humanização na odontologia. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 11, n.1, 65-70.
<https://dx.doi.org/10.59068/24476137suicidio>

RECEBIDO EM: 16/07/2024
APROVADO EM: 02/11/2024

Sobre Nós

A Revista Pathos é uma iniciativa independente de seus editores, com publicações semestrais e que recebe textos em português de temáticas ligadas a saúde mental numa perspectiva ampliada, ou seja, não apenas dos tradicionais espaços de atenção em saúde mental, mas também de lugares, práticas e pesquisas decorrentes de áreas ligadas à educação, assistência social e jurídica, a partir de diferentes enfoques teóricos e categorias profissionais. A Pathos surgiu do desejo de um grupo de profissionais que atuam nessas redes, tendo como objetivo oferecer espaços dedicados à publicação de práticas oriundas desses campos de atuação de modo a construir “pontes” de saberes entre profissionais. Trata-se, portanto, de um espaço que foi pensado para compartilhar a voz dos trabalhadores e permitir a circulação de suas reflexões acerca das experiências de seu dia a dia de trabalho. O escopo desta revista é a produção de saberes da práxis e, desse modo, “práticas públicas” e “psicopatologia” implicam o tensionamento em seu dinamismo ético, clínico e político.



REVISTA PATHOS

www.revistapathos.com.br